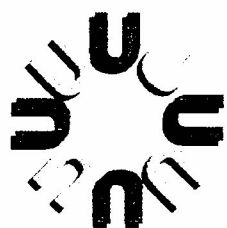
NOÇOES DE TEO-LOGIA

LUIZ SERGIO COELHO DE SAMPAIO

RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1997

NOÇÕES DE TEO-LOGIA

Luiz Sergio Coelho de Sampaio

Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, o primeiro e o derradeiro

Apocalipse - 22,13

A desfiguração do pensar e o abuso do pensamento desfigurado só poderão ser superados por um pensar autêntico e originário, e por mais nada. Uma instauração deste último exige, antes de tudo, o regresso à questão sobre a referência essencial do Pensar com o Ser.

Heidegger - Introdução à metafísica

Como não se trata das fantasias de um indivíduo isolado, mas de um fenômeno de natureza coletiva, pelo menos no que se relaciona com a Trindade, é forçoso admitir que a evolução da idéia trinitária constitui um processo coletivo que se prolonga ao longo de séculos, isto é, um processo de diferenciação da consciência que se estende por milênios.

C. G. Jung - Interpretação psicológica do dogma da Trindade

Sumário

Introdução

O presente trabalho é uma versão abreviada e de certo modo atualizada de um antigo trabalho nosso denominado *Introdução à Onto-teo-logia* ([1]). À época, nossa grande dificuldade foi, não a teologia propriamente dita, mas nossos pressupostos lógicos, que diferindo em muitos pontos daqueles correntes no meio acadêmico ([2]), exigiam uma prévia e extensa exposição. Esta dificuldade ainda subsiste na medida em que tais pressupostos, acreditamos, permanecem até hoje válidos e imprescindíveis. Não faz muito tempo, quando elaborávamos uma monografia sobre antropologia filosófica ([3]), deparamo-nos uma vez mais com o mesmo problema e para tentar resolvê-lo decidimos escrever um condensado de pouco mais do que 10 páginas, intitulado *A lógica ressuscitada,* para servir-lhe de introdução. Este trabalho apresenta um certo ar dogmático e um estilo aforístico que, reconhecemos, têm lá seus inconvenientes, mas. que outro jeito haveria de dizer o tanto que se precisava em tão exíguo espaço? É exatamente deste mesmo texto que lançamos mão agora para, se não solucionar, pelo menos minorar as dificuldades do leitor no que se refere ao problema dos pressupostos lógico-conceituais. Haveria também o problema da simbologia que criamos, mas esta acreditamos de fácil familiarização e idiossiosincrática apenas ao primeiro olhar.

O conteúdo teológico propriamente dito está dividido em três partes. Na primeira, esforçamo-nos em explicitar que vivências poderiam justificar, de modo sólido, nossa crença no transcendente e, na seqüência, uma busca esperançosa do Absoluto. Na segunda, enfocamos o Absoluto na máxima amplitude em que ele pode aparecer ao homem, tendo-se em conta as limitações onto-lógicas deste último. Por fim, vamos tratar da teologia constituída, confrontando suas duas variantes, revelada e natural, e, depois, estas com nossa onto-logia, com a ciência e com a filosofia; distinguiremos as filosofias da identidade (transcendental e dialética) e da diferença, em particular, aquela da simples diferença deixada em companhia da psicanálise.

Quanto às notas, foram todas agrupadas no fim do texto.

1 - A lógica ressuscitada

As nossas principais teses lógicas - no caso, como já dito, igualmente onto-lógicas - seriam as seguintes:

a) Ser e pensar são, de algum modo, o mesmo , como pretendia Parmênides, porém, diríamos que de uma maneira mais geral que inclua não apenas o pensar que visa o **um**, mas igualmente, o pensar dialético (pensar síntese do **um e do múltiplo**) visando a idéia, o conceito (Platão) ou ainda a História (Hegel), e também o pensar hiper-dialético (pensar síntese do **um e do múltiplo do múltiplo**) que visaria o ser-discursivo;

b) A tematização de um modo de pensar e a sua expressão discursiva arrazoada, paraformal, constituem uma lógica; por sua peculiar natureza as lógicas, historicamente, atingiram diferentes graus de formalização, mas nenhuma pôde ou poderá exceder ao daquela cuja especificidade é a forma abstraída , a lógica clássica ou aristotélica; ainda assim, pelo "teorema de Lacan"([4]), de algum modo não totalmente consumável;

c) Existem duas lógicas fundamentais, vale dizer, lógicas que não podem por qualquer modo ser uma "derivada" da outra; a primeira, já bem identificada pela tradição, seria a **lógica do mesmo**, do pensar consciente, lógica implícita do *cogito* cartesiano, do sujeito transcendental ou sujeito crítico da ciência em Kant, ou ainda, do transcendentalismo fenomenológico de Husserl - por isso a denominamos lógica transcendental ou da identidade ou, sumariamente, **lógica I**; a segunda, até hoje só anarquicamente cernida pela tradição - lógica do paradoxo (Kierkegaard), lógica intuicionista (Brouwer-Heyting), lógica paraconsistente (N. da Costa), lógica do significante (Lacan) etc. - seria a **lógica do outro**, do pensar in-consciente, que iremos denominar lógica da diferença ou, sumariamente, **lógica D**;

d) Todas as demais lógicas "derivariam" das lógicas fundamentais, através de uma operação por nós denominada **síntese dialética generalizada** simbolizada por uma /, que não pode jamais confundir-se com uma operação de tipo matemático ou formal; em suma , uma generalização da ***Aufheben*** hegeliana, esta doravante considerada como o degrau zero daquela. Teríamos assim as lógicas derivadas I/D, D/D = $D/^2$, I/D/D = $I/D/^2$, D/D/D = $D/^3$,

I/D/D/D = $I/D/^3$ e assim sucessivamente; estas denominações sintéticas das lógicas constituem um semimonóide livre gerado pelo conjunto {I,D} ([5]),onde I faz o papel de elemento neutro ou nulo a direita. Na prática isto quer dizer que qualquer ocorrência de I na designação de uma lógica ou resultante da multiplicação de quaisquer seqüência ordenada de lógicas, que não seja em primeiro lugar à esquerda, pode ou deve ser desprezada;

e) A primeira lógica derivada, I/D, é a lógica dialética, síntese das lógicas da identidade e da diferença. A segunda, D/D = $D/^2$, será identificada com a lógica clássica ou aristotélica. Fazemo-lo assim porque uma simples diferença A e não-A não é simétrica, não podendo, a rigor, obedecer ao princípio do terço excluído; A é algo podendo ser sempre bem definido, o que já não acontece com não-A que carrega inexoravelmente uma certa franja de indefinição dada a inesgotabilidade do mundo para nós. Para contornar esta assimetria fazemos uma primeira diferenciação D_1 discriminando Σ e não-Σ (ver figura 1) ; depois, simplesmente descartamos não-Σ e aí então introduzimos uma segunda diferença D_2 , interna ou condicionada a Σ. Nestas circunstâncias, sim, A e não-A tornam-se equivalentes ou simétricos, porque ambos são, agora, bem definidos ou esgotáveis. Assim sendo, **não-não-A** e **A** passam a ser também **equivalentes**, o que vem a ser uma das formulações do autêntico **princípio do terço excluído**, princípio este por nós considerado como o real tipificador da lógica clássica doravante alternativamente denominada lógica da dupla diferença ou, de modo compacto, $D/^2$ ([6]).

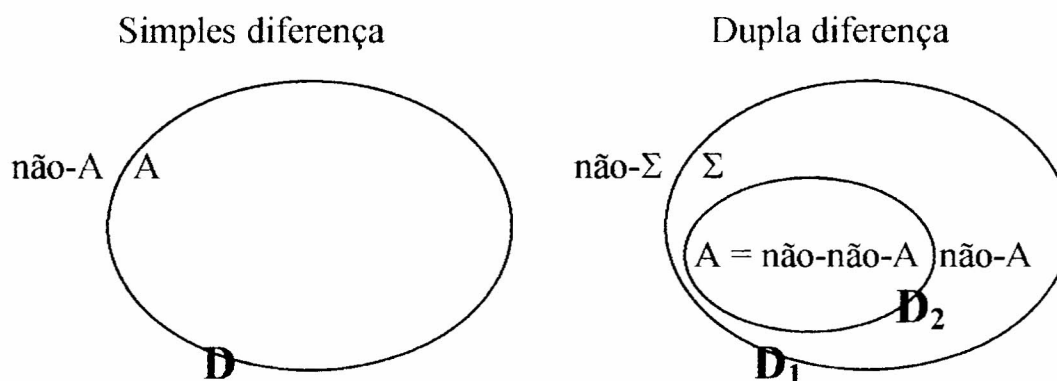



Figura 1

Vê-se de modo bastante claro que a lógica clássica é uma lógica derivada, tanto quanto a lógica dialética, e que por isso jamais deveria ter sido tomada como referência para as outras. As demais lógicas sintéticas não foram ainda identificadas e nomeadas pela tradição por razões que, aliás, esperamos fiquem claras ao cabo do presente trabalho.

f) Todas as lógicas derivadas subsumem as que lhe são anteriores e, por convenção, também a si próprias; assim, por exemplo, I/D , a lógica dialética, subsume a lógica da identidade I, a lógica da diferença D e, por convenção, a si mesma; já a lógica hiper-dialética $I/D/^2$ subsume as lógicas I, D, I/D mais a lógica clássica (ou da dupla diferença) $D/^2$ e, ainda por convenção, a si própria. É da maior importância notar que regra vale também para as lógicas diferenciais e que, portanto, $D/^2$ subsume I/D; sendo esta última uma lógica da totalidade (e do totalitário) torna-se evidente de onde provem o poder da razão lógico-formal: a lógica clássica ou do terço excluído é uma lógica diferencidora ou analítica operando, porém, sobre uma totalidade convencional pressuposta. Aí, não é preciso enfatizar, têm origem não só os famigerados paradoxos da matemática, mas igualmente o totalitarismo escancarado do socialismo real como o totalitarismo dissimulado dos sistemas sociais governados pela lógica cínica, isto é, pela "racionalidade formal" ou científica.

g) Além da algébrica - I, D, I/D, $D/^2$, etc. - as lógicas admitem um sem número de outras representações, muitas já efetivamente produzidas, a maioria inconscientemente, pelas diferentes culturas. Na figura 2 apresentamos alguns exemplos histórico-culturais ao lado de outros criados por nós, tudo isso, entretanto, sem a menor pretensão de esgotá-los. Dentre elas destacaríamos, pela antiguidade, a de Empédocles, referente aos **elementos** e estendida, por Aristóteles, pela inclusão de uma **quinta-essência**; pela amplitude e valor estético, aquela referente as **cores** tão exatamente refletida, por exemplo, na bandeira francesa e retomada na trilogia do cineasta polaco Krzysztof Kieslowski – *A liberdade é azul*, *A igualdade é branca* e *A fraternidade é vermelha* –; por último, pela sua relevância cultural, aquela dos **verbos auxiliares**, que faria com que o Português fosse uma das línguas de maior precisão lógica, não fora o nosso baixíssimo grau de autoestima.

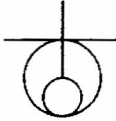
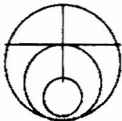
Representações histórico-culturais das lógicas

Represent.	**Lóg. da identid.**	**Lóg. da diferen.**	**Lógica dialética**	**Lógica clássica**	**Lógica qüinqüit.**
Numérica	1	2	3	4	5
Elementos	ar	água	fogo	terra	quint.essênc.
P. cardiais (astecas)	Sul	Oeste	Leste	Norte	-
Cor	azul	branca	vermelha	preta	-
Papel familiar	pai	mãe	filha	filho	família p. d.
Verbos aux.	ser	ter	haver	estar	-
Animal	águia	serpente	leão	touro	homem
Signo zodíc.	Aquário	Escorpião	Leão	Touro	-
	Libra	Cancer	Aires	Capric.	-
	Gêmeos	Peixes	Sagitário	Virgem	-
Modalidade	necess.	conting.	imposs.	possível	-
Di-mensão significante seg. Lacan	imagin.	(signific.)	real	simbólico	-
Fórmula "quântica" seg. Lacan	$\exists x\ \overline{\phi}(x)$	$\overline{\forall} x\ \phi(x)$	$\overline{\exists} x\ \overline{\phi}(x)$	$\forall x\ \phi(x)$	-
Operador	$I^2 = I$	$D^3 = D$	$H = 1$	$A^2 = 1$	$S^3 = 1$
Val. Próprios	1,0	1,0,-1	1	1,-1	$1, e^{2\pi i/3}, e^{-2\pi i/3}$
Geométrica					
Geométrica					

Figura 2

Vamos agora deter-nos um pouco mais demoradamente sobre o que denominamos **representação geométrica canônica**. À lógica D associamos o segmento de reta, a $D/^2$, dois segmentos de reta ortogonais, ou seja, um

quadrado, a $D/^3$, três segmentos ortogonais, vale dizer, um cubo, e assim sucessivamente (ver figura 3); a I associamos um ponto numa dimensão própria, de sorte que a **$I/D/^n$** fica associada uma **"pirâmide" em n+1 dimensões** tendo por base um "cubo" em n dimensões. Como exemplo daríamos a lógica dialética I/D, representada então por um triângulo, e a lógica $I/D/^2$, por uma pirâmide de base quadrada. No caso de I propriamente dita a representação canônica, para preservar a coerência com as demais, seria a de uma "pirâmide" cuja base estaria reduzida a apenas um ponto, ou seja, globalmente restrita a um segmento de reta na vertical tendo na extremidade superior um I e na inferior $D/^0 = I$; I em cima e em baixo nos garantem tratar-se, como seria natural supor, da lógica do **mesmo**;

Representações canônicas

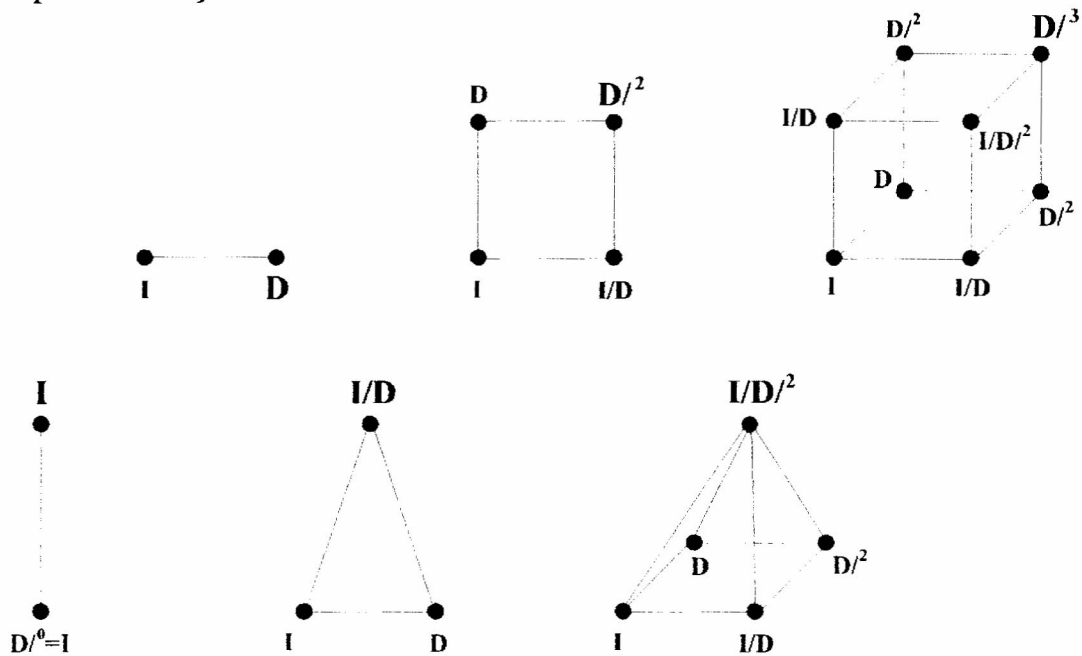



Figura 3

h) Somente as lógicas da família I, isto é, $I/D/^n$ para n = 0, 1, 2,... definem **planos onto-lógicos**; os três primeiros, ditos **mundanos,** seriam: o **unário** ou **fenomênico** correlato a I ($I/D/^0 = I/I = I$), o **trinitário** ou **objetivo** correlato a I/D e o **qüinqüitário**([7]) ou **subjetivo** correlato a $I/D/^2$. (Ver figura 4) No plano fenomênico temos apenas subsumida a lógica I à qual corresponderá o **ser** enquanto tal (ou ser fenomênico); no plano objetivo são três as lógicas subsumidas, I ,D , I/D, às quais irão corresponder,

respectivamente, a **duração** objetiva, a ***res extensa*** (ou a espacialidade) e o **ser simbólico** (o conceito ou a idéia); por derradeiro, no plano subjetivo temos cinco lógicas subsumidas, I, D, I/D, $D/^2$ e $I/D/^2$, que terão como correlatos, respectivamente, o **ser consciente** como projeto, o **inconsciente** (ou ser desejante), a **história**, o **sistema** (ou papel sistêmico) e o **ser subjetivo em sua plenitude, pessoal ou social**;

Níveis onto-lógicos

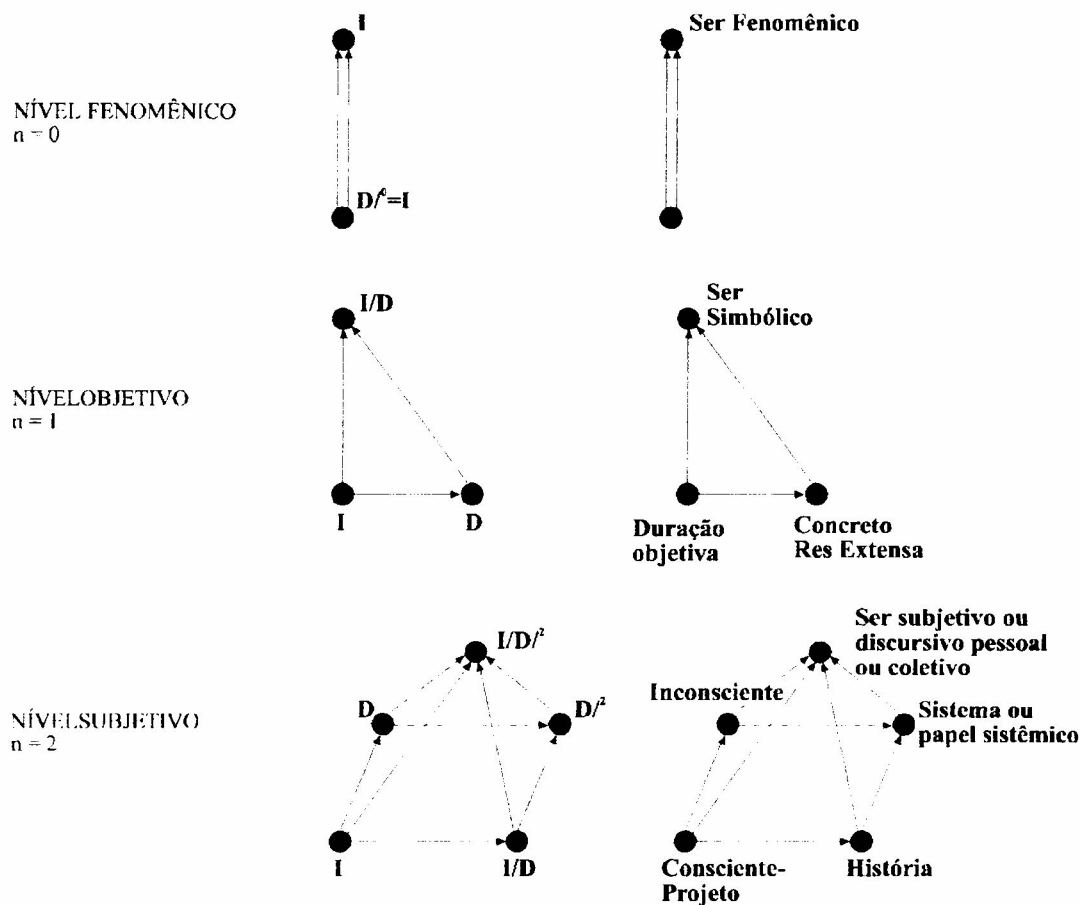



Figura 4

i) A passagem de um plano onto-lógico ao que lhe segue não se faz por simples agregação de ambos os lados; por exemplo, ao se passar de I/D a $I/D/^2$ dá-se, de um lado, a agregação de duas novas lógicas - $D/^2$ e $I/D/^2$ -, porém, do lado da realidade visada, acontece um **remanejamento** geral. (Ver figura 5) Não é nada difícil compreender: no plano onto-lógico objetivo I/D visa necessariamente uma totalidade que, no plano seguinte, precisa ser

previamente **des-totalizada** para posa ser então articulada, através de leis ou de regras, a outras ex-totalidades, vale dizer, precisa retroceder e ser re-pensada, no caso, pela lógica D. Como conseqüência o que estava sendo pensado por D vai obrigatoriamente se deslocar e ser re-pensado pela lógica $D/^2$, doravante tornada lógica das regras constitutivas de um supra-agregado representativo de uma nova totalidade, agora, de nível $I/D/^2$.

Remanejamento onto-lógico

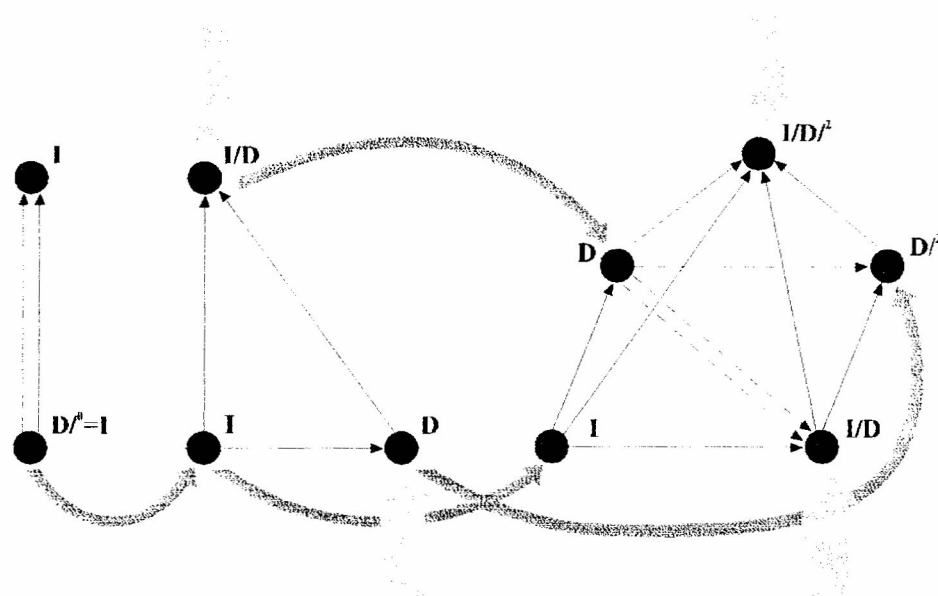



Figura 5

Tomando-se a semiologia como referência, I/D no plano onto-lógico objetivo pensa os **signos**; no plano subjetivo, estes passam a ser visados por D, isto é, como apenas **significantes** a serem articulados por **regras sintáticas** visadas por $D/^2$ e constituirem, assim, um supra-significante de um **supra-signo** ou **discurso,** a ser desvelado pela lógica disponível $I/D/^2$. A outra posição disponível não é, pois, $D/^2$ e sim I/D , que irá visar signos, como é de sua natureza, mas signos contextuais, vale dizer, relevantes e unívocos apenas no contexto do discurso visado por $I/D/^2$.

O desconhecimento do fenômeno de **remanejamento** é fonte de dificuldades crônicas em quase todos os campos do saber ([8]), inclusive, do saber científico;

j) Além do remanejamento, acontece um outro importante fenômeno na passagem de um plano onto-lógico ao subseqüente e que denominamos **recalque lógico**. (Ver figura 6) As lógicas que desvelavam determinados aspectos de realidade são, na passagem, deslocadas para um outro plano, o que deixa os referidos aspectos, agora, "im-pensáveis". Chamamos a isto recalque lógico, porque não falta a algo o significante apropriado, mas alguma coisa ainda mais grave - a lógica para poder efetivamente visá-lo.

Articulação dos níveis onto-lógicos

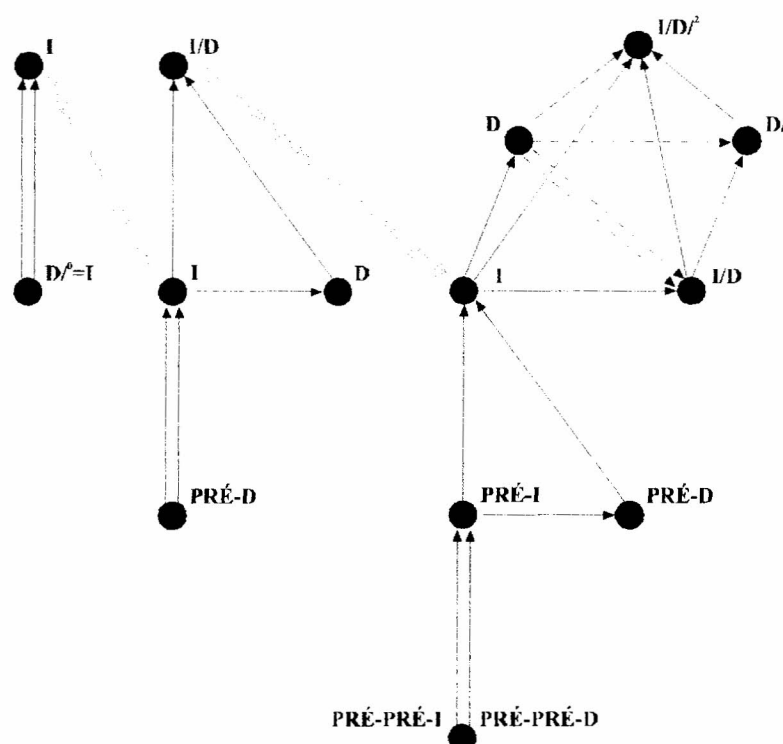



Figura 6

Um bom exemplo seria aquele do corpo físico, pensado por D no plano objetivo, mas que deixa de sê-lo no plano subjetivo, onde D passa a pensar o corpo libidinal; no caso de uma eventual doença ou acidente, sim, a subjetividade se desagrega e o corpo físico vem, então, a ser de novo pensado. Existe, contudo, uma exceção justificada por um princípio geral de continuidade do mundo e da vida, vale dizer, de impossibilidade da ocorrência de grandes saltos instantâneos que nos assegura que o visado pela lógica de maior nível de um plano torna-se, de algum modo, pensável pela lógica I no plano subseqüente, o que permite uma articulação, ainda que

apenas formal, da seqüência dos planos onto-lógicos. Como exemplo, tome-se a lógica I/D visando, no plano objetivo (I/D), o signo convencional (episódio bíblico do bezerro de ouro) condição necessária para que se possa pensar, no plano subjetivo ($I/D/^2$), o Deus único (I);

l) Heidegger chamou-nos a atenção para o compromentimento onto-lógico da verdade: verdade como ***alétheia*** (I) e como ***adaequatio*** ($D/^2$) (ver figura 7) ; Lacan o estendeu para as quatro lógicas de base: verdade **total** (I), **parcial** (D), **parcial e total** (I/D) e **nem parcial nem total**, isto é, que nada quer consigo mesma ($D/^2$).

As verdades

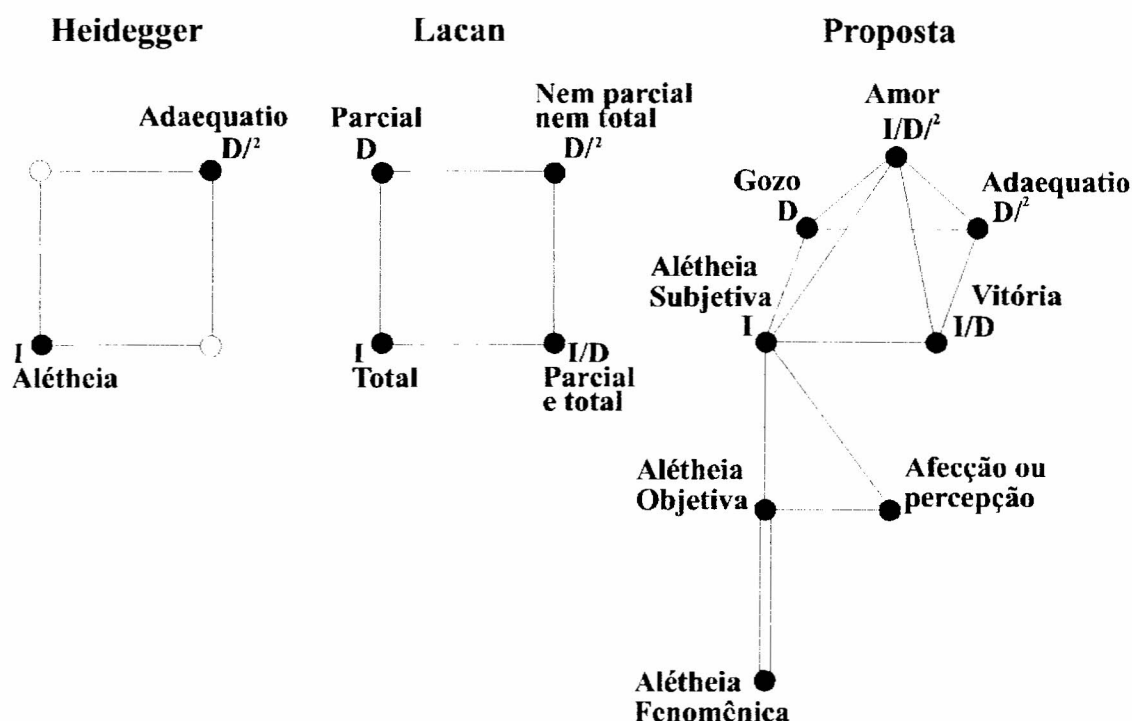



Figura 7

Nós iremos um pouco mais longe, seguindo a seqüência de estruturas onto-lógicas definidas no item anterior: ***alétheia*** **fenomênica** (I na estrutura onto-lógica de mesmo nome); ***alétheia*** **objetiva**, **afecção ou percepção** e **êxtase simbólico** (correspondentes às lógicas I, D, I/D , respectivamente, na estrutura onto-lógica objetiva I/D); ***alétheia*** **subjetiva, gozo**, **vitória**,

adaequatio e **amor** (correspondentes a I, D, I/D, $D/^2$ e $I/D/^2$, respectivamente, na estrutura onto-lógica subjetiva $I/D/^2$).

Acompanhando com atenção o seguinte texto lacaniano, mais facilmente consolidaremos nossa certeza de que a lógica da diferença D, também lógica do significante e da verdade parcial, tem por verdade própria o **gozo**:

*Isso só se **goza** por corporizá-lo de maneira **significante**. O que implica algo que não o partes extra partes da substância extensa. Como o sublinha admiravelmente essa espécie de kantiano que era Sade, só se **pode gozar de uma parte do corpo do Outro**, pela simples razão de que jamais se viu um corpo enrolar-se completamente, até incluí-lo e fagocitá-lo, em torno do corpo do Outro. É por isso que somos reduzidos a um estreitamentozinho assim, a tomarmos um antebraço, ou não importa o quê – puxa.*(negritos pelo autor) ([9])

Quanto a que a dialética I/D tenha a **vitória** como sua verdade própria é suficiente atentarmos para o fato de que a História, por definição, já fez a sua escolha: sempre, pela "razão"" do vencedor. Ela é parcial e total pela simples razão de que todos os elementos em luta querem impor ao **todo** sua verdade, por definição, **parcial** ou **partidária**, o que aliás é uma impossibilidade. Muito se reclama por aí de que não se façam histórias dos vencidos; não poderia ser doutra forma, já que a verdade da dialética é mesmo a **vitória**. O que aconteceu de pior com o marxismo real não veio de uma acidental loucura, mas, de modo inexorável, de sua herança lógico-hegeliana. Para que ninguém se sinta com isso acabrunhado ou desiludido, alertamos que a dialética I/D, para o homem, não é sua lógica maior.

m) Os símbolos I e D podem ser tomados como operadores, especificamente, I tal que $I^2(\psi) = I(\psi)$ (reflexividade ou lei do **pelo menos um**) e D tal que $D^3(\psi) = D(\psi)$ (lei da dupla negação em sua maior generalidade ou lei do **pelo menos dois**). A cada uma das demais lógicas, em virtude do seu caráter derivado, estará associado o **princípio do no máximo n** ou, o que é o mesmo, a **lei do n+1 excluído** expresso por $X^n(\psi) = \psi$ a contar de I/D, para a qual tem-se n = 1. Assim, por exemplo, à lógica dialética I/D estará associado o princípio do no máximo um, ou, o que lhe é idêntico, o **princípio do segundo excluído**, vale dizer, da

totalidade, expresso por um operador H , H tal que $H(\psi) = \psi$; à lógica $D/^2$, que segue imediatamente a I/D, estará associado o **princípio do terço excluído,** expresso por um operador A, A tal que $A^2 (\psi) = \psi$; e daí por diante;

n) A homogeneização dos princípios das lógicas e de sua expressão operatória estabelecidas no item anterior, permite que a elas se apliquem os mesmos procedimentos formais da **mecânica quântica** , em particular , do postulado que formaliza o ato de mensuração expresso por $\mathbf{O_p}\, \psi = \lambda\psi$ ([10]) onde O_p é um operador hermitiano ([11]) representativo de um determinado instrumento de medida, ψ uma função representativa de um estado de coisas do mundo e λ um número. (Ver figura 8) Esta última equação, em associação com a equação caraterística de cada uma das lógicas conforme definida no item **m** anterior, permite que para cada uma delas seja determinado, de maneira unívoca, um conjunto de valores de λ, designados **valores próprios** do operador em questão.

Lógicas como operadores

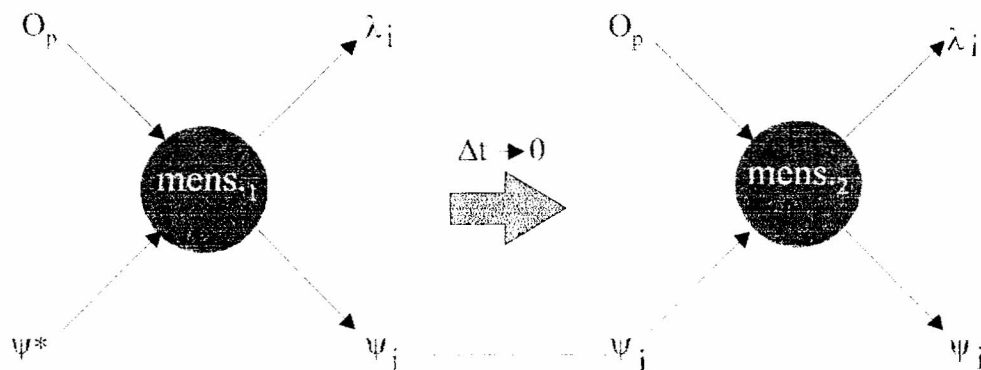



Figura 8

O conjunto dos valores de λ - à semelhança do que ocorre na mecânica quântica, na qual eles representam o "lado objetivo ou mensurável" do mundo físico - representam aqui o "lado da realidade" ou o "lado onto" do nosso postulado fundamental que estabelece a correlação necessária entre ser e pensar. No caso da lógica I, associada ao operador de mesma designação, teríamos como valores **1** e **0**, ou, se quisermos, o **ser** e o **nada**, respectivamente. (Ver figura 9) Já no caso de D, associado também

a um operador de mesma designação, os valores próprios seriam **1**, **-1** e **0**, respectivamente o **verdadeiro**, o **falso**, e de duas uma: o **paradoxal,** se a negação de 0 for tomada como sendo 1; o **nem verdadeiro nem falso**, se estabelecermos -1 como a negação de 0.

Valores próprios das lógicas

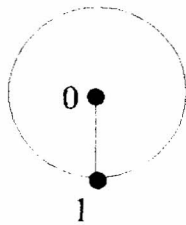
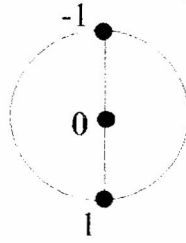
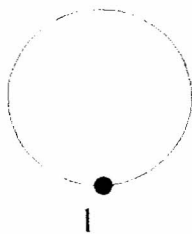
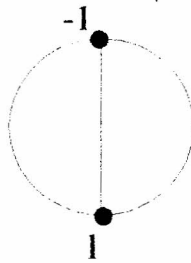
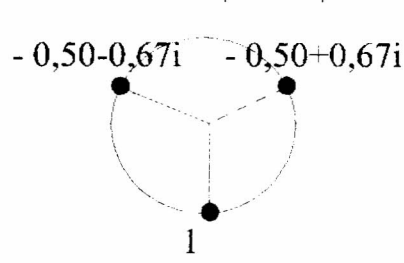



Figura 9

Em se tratando de I/D, associada ao operador H, temos apenas o valor **1**, identificado com a noção de **totalidade** lógica. Por fim, no caso de $D/^2$, os valores próprios do operador A que a representa seriam **1** e **-1**, o **verdadeiro** e o **falso**, sem confusão (ou superposição) e sem a possibilidade de qualquer outro valor, vale dizer, de qualquer **terceiro**; por isso, entre outras fortes razões, $D/^2$ foi por nós identificada como sendo a lógica clássica. Constata-se que na lógica D, objetivamente considerada é a mais rica de todas, o que tem implicações antropológicas da maior importância. Este inesperado encontro da **lógica** com a **mecânica quântica** não é uma curiosidade, uma simples casualidade; é, sim, um encontro nas profundezas do conhecimento, que não se sabe bem porque, demorou tanto a acontecer;

com ele dá-se uma mútua iluminação destes dois saberes que não caberia aqui avaliar em toda a sua extensão;

o) As lógicas diferenciais D^n possuem 2(n - 1) valores próprios e as lógicas derivadas identitárias $I/D/^n$, 2n -1 valores. No caso de $I/D/^2$ teremos 2 x 2 -1 = 3 valores próprios (1; -0,5 + 0,667i; -0,5 - 0,667i); verifica-se que a projeção no eixo real (1; -0,5 -0,5 = -1; 0,667i -0,667i = 0) dos valores próprios de $I/D/^2$ são idênticos aos valores próprios de D, razão pela qual a lógica do inconsciente D constitui-se numa representação fiel, ainda que reduzida, de $I/D/^2$. (Ver figura 10)

Valores próprios de $I/D/^2$

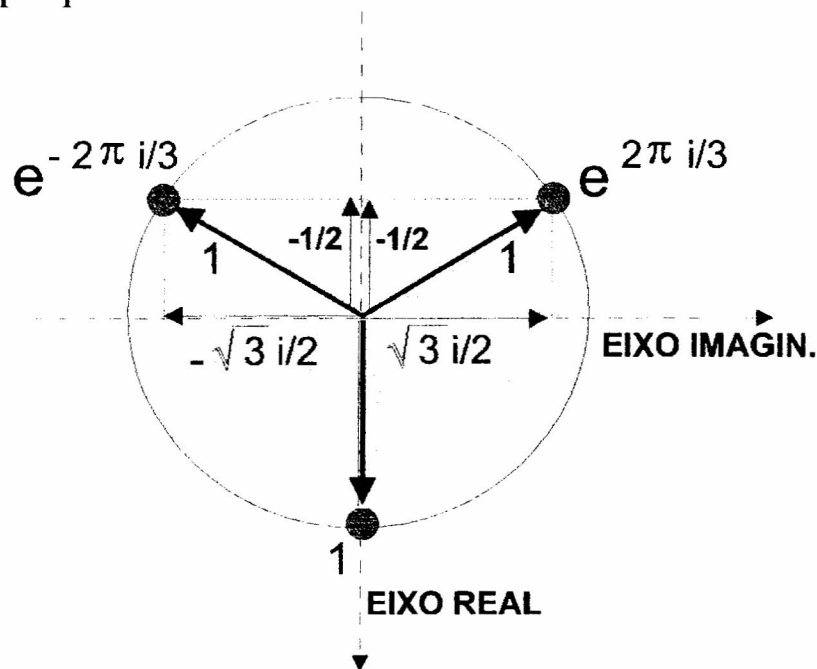



Figura 10

2 - Preliminares para uma teo-logia

A partir da lógica e da onto-logia correlatas delineadas no capítulo anterior podemos traçar uma estratégia relativamente segura para acercarmo-nos da questão do transcendente. Em primeiro lugar, se a esfera mundana compreende os planos onto-lógicos fenomênico, objetivo e subjetivo, governados respectivamente pelas lógicas I, I/D e $I/D/^2$, para escaparmos a esta esfera, somos obrigados a encontrar uma fenda à altura de seu nível maior, justo aquele do homem – o divino só pode contatar com o terreno, este, pelo que lhe é de nível mais alto, aquele, pelo que lhe é de nível mais baixo, nos ensinam os hexagramas do I Ching ([12]). Segundo, o transcendente como tal necessariamente começa em $D/^3$ e o Absoluto, para além, mesmo que ainda não saibamos quanto mais. Certamente não em termos quantitativos (como um infinito – a mais perniciosa das metáforas, que já botou muita gente louca, talvez o próprio pio Cantor – frente ao finito), mais em termos de "complexidade" lógica. É absolutamente ridículo se dizer, posando com um certo ar de intelectualidade, que se acredita numa energia cósmica (D ou no máximo I/D) e não num deus barbudo ($I/D/^2$); pode-se negar um absoluto barbudo, não para se crer em algo menor, mas sim para se crer em algo maior, para além de $I/D/^2$, parece-nos óbvio..

A vivência justificadora do transcendente em geral terá que ser, para não cairmos numa inconsistência, necessariamente vivência de uma falta, de uma falha estrutural. Situação em que dominamos um bom conjunto de elementos estruturais a partir do que podemos reconhecer e crer na existência de uma forma (*Gestalt*), mas na qual nem todos os presumíveis elementos estão de fato ao nosso alcance. Em termos lógicos, a estrutura possuiria uma quantidade de elementos de níveis lógico menores ou iguais a $I/D/^2$ suficientes para caracterizá-la como um todo, porém, alguns elementos estariam além do referido nível. Isto é, a nosso juízo, o bastante para acreditarmos em algo para além de nós mesmos e, também, para indicar-nos em que direção (lógica) e sentido (de $I/D/^n$ para n crescente) é justificada a busca do Absoluto.

Para começar, deveremos, tomando como referência as estruturas onto-lógicas, nos concentrar nas estruturas epistemo-lógicas e práxio-lógicas, em especial, naquelas referentes ao nível subjetivo, onde se encontra o ser humano. Aí, certamente iremos encontrar a falha por onde se pode "visar" o transcendente.

2.1 - Planos e níveis onto-lógicos, epistemo-lógicos e práxio-lógicos

Já sabemos que entre as estruturas do pensamento (lógicas) e as estruturas da realidade existe uma perfeita homologia que nos permite afirmar que talvez nos bastasse, ao invés de dois saberes específicos, uma só onto-logia.

Até hoje o pensador que mais avançou nesta direção, a noso ver, foi Hegel, que associou o ser-subjetivo à lógica da identidade (I), o ser-objetivo à lógica da diferença (D) e, por fim, o conceito, o espírito ou o ser-absoluto à dialética (I/D). Entrementes, só podemos segui-lo no "espírito", mas não nos pormenores. Decidimos assim, em primeiro lugar, porque Hegel estaria colocando a dialética, aliás, coerentemente, como lógica do absoluto, enquanto que nós, após distinguimos as lógicas D e $D/^2$, concluímos que $D/^2$ é de estatuto superior a I/D, isto é, $D/^2$ subsume I/D; ficamos, pois, impedidos de considerar a dialética como uma lógica maior ou limite. Em segundo lugar, porque recusamo-nos a associar uma instância onto-lógica a um membro da família das lógicas da diferença, tal como fez Hegel, ainda que implicitamente, atribuindo o ser-objetivo à lógica da diferença (D). Só nos resta, pois, por nós mesmos estabelecermos uma nova correspondência entre lógicas e instâncias onto-lógicas aproveitando, o quanto se possa, as conquistas da tradição.

2.1.1 - Plano onto-lógico e seus níveis

Para nós as lógicas formam conjuntos estruturais progressivamente complexos a que daremos a denominação de níveis. Como às lógicas correspondem realidades, poderíamos usar estas estruturas lógicas (ou níveis) para estabelecer também uma estratificação da realidade. Deste modo, identificaríamos no seio da realidade mundana três níveis – o **fenomênico**, o **objetivo** e o **subjetivo** – correlatos, respectivamente, aos níveis lógicos **I**, **I/D** e **$I/D/^2$**.

Ao nível lógico fenomênico definido apenas pela lógica I, lógica esta que subsume apenas a si mesma, irá corresponder, portanto, um modo de ser que se apresenta com um único aspecto, que denominamos **ser-fenomênico**.

Segue-se o nível lógico objetivo definido pela lógica dialética I/D; como I/D subsume I, D e a própria I/D, a **realidade objetiva** apresentará, necessariamente, três aspectos distintos: o **ser-formal**, correlato à I; o **ser-concreto** ou ***res extensa***, correlato à D; por fim, o **ser-simbólico**, **conceito** ou **idéia**, correlato da dialética I/D. Ver figura 4 do capítulo anterior.

Sobrepondo-se aos anteriores, teríamos o nível lógico subjetivo definido pela lógica $I/D/^2$ subsumindo cinco lógicas – I, D, I/D, $D/^2$ e a própria $I/D/^2$; cinco seriam por isso, também, os aspectos distintos da **realidade subjetiva**. Seriam eles, respectivamente, o **ser-projeto**, o **ser-inconsciente**, o **ser-histórico** ou apenas história, o **ser-sistêmico** ou apenas sistema, e, finalmente, o **ser-subjetivo-em-sua-plenitude**.

Generalizando, podemos, pois, estabelecer que a família das lógicas identitárias ($I/D/^n$) determinam níveis no plano onto-lógico. Os três primeiros níveis, ditos mundanos, seriam o fenomênico, determinado por I; o objetivo, determinado por I/D; e o subjetivo, determinado por $I/D/^2$. Os níveis superiores à $I/D/^2$ são denominados coletivamente como transcendentes.

Cada nível do plano onto-lógico definido genericamente por $I/D/^n$ comporta 2^n+1 **aspectos** correlatos a cada uma das lógicas subsumidos pela estrutura de $I/D/^n$. Estes três níveis, com seus múltiplos aspectos, dão conta de uma grande parcela do que compreendemos como esfera mundana. É claro que poder-se-ia identificar ainda outras entidades mundanas que não se enquadram diretamente em nenhum dos níveis e aspectos anteriormente mencionados, mas não seria difícil demonstrar que um bom número deles se constitui pela simples aplicação reiterada das lógicas I, D, I/D/, $D/^2$ e $I/D/^2$. Tomemos, como exemplo, o ente **sistema político**. (Ver figura 11) Aparentemente ele não se enquadraria em nenhum dos níveis e aspectos já considerados, porém, um pequeno esforço de investigação evidenciaria que a entidade sistema político é o produto de:

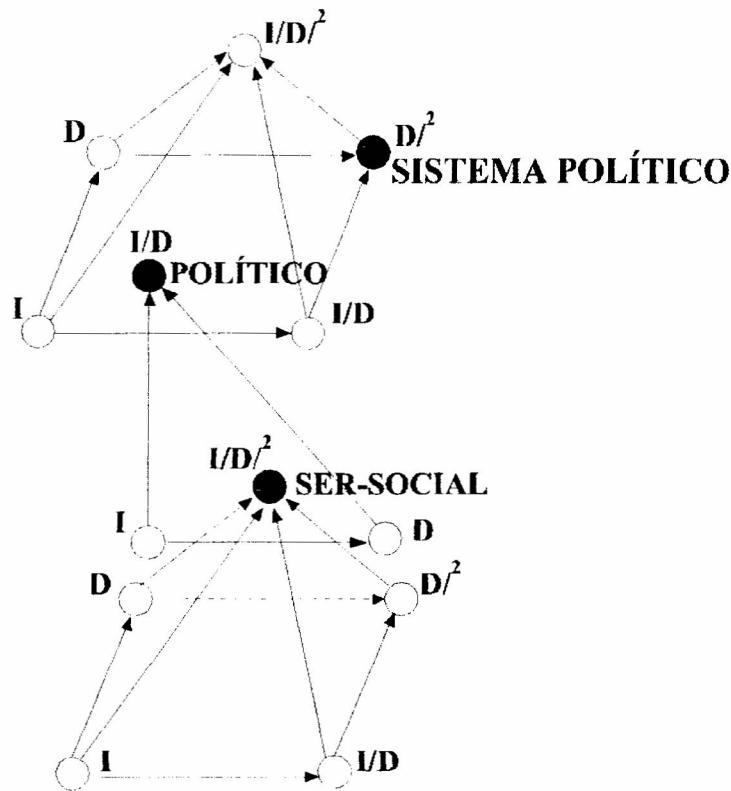
a) $I/D/^2$ que desvela um ser social qualquer ao qual se aplica um enfoque objetivador, o que pode ser expresso simbolicamente por:

b) I/D ($I/D/^2$) que assim desvela os aspectos objetivos do ser social (político, econômico e cultural) dos quais selecionamos o primeiro, e ao qual reaplicamos um pensamento subjetivo ressuscitador expresso por:

c) $I/D/^2$ (I/D ($I/D/^2$)) que desvela os aspectos subjetivos do ser-político (projeto, inconsciente, história, sistema e ser-social-propriamente-dito) dentre os quais, agora, selecionamos o penúltimo, isto é, o aspecto sistêmico.

Sistema político

Figura 11

Com esta tripla aplicação das lógicas fundamentais – $I/D/^2$, depois I/D, e novamente $I/D/^2$ – chegamos, afinal, à noção de **sistema político**. Os exemplos poderiam ser multiplicados *ad nauseam* como pode facilmente imaginar – agora, é verdade – o próprio leitor.

Se é fato que já conseguimos com nossas hipóteses e procedimentos lógicos acima inventariar e por ordem em boa parte da esfera mundana, é fato, também, que não a esgotamos. Isto porque seria ainda possível encontrar outras "entidades" mundanas que resistissem a esta nossa máquina lógica. É o que veremos pouco adiante, mas já então teremos deixado a esfera onto-lógica para ingressar naquela do conhecimento e da ação mundanas.

2.1.2 - Plano epistemo-lógico e seus níveis

Insistentemente vimos assumindo como hipótese básica a existência de uma exata correspondência entre a esfera do pensamento (ou das lógicas) e a esfera das realidades: a cada realidade corresponderia uma única lógica capaz de desvelá-la com propriedade e suficiência. O mesmo se poderia dizer das estruturas do conhecimento ou saber – ditas estruturas epistemo-lógicas – e das estruturas da ação – ditas práxio-lógicas? Por certo que não.

Existe uma evidente correspondência entre algo e o saber sobre este algo, mas é igualmente evidente que entre ambos vige uma diferença, que no caso, deve ser tomada mesmo ao pé da letra – sim, uma diferença.

Todo conhecimento é, fundamentalmente, uma abertura para o outro que si próprio; é deixar vir a si o que se não é. Este apagamento do sujeito agente em face do outro-que-acolho.

Pode-se generalizar tudo isto dizendo que para algo de nível onto-lógico $I/D/^n$ a estrutura epistemológica correlata derivará da própria $I/D/^n$, anulando-se a componente I e multiplicando-se sinteticamente (/) a componente $D/^n$ por uma nova diferença: ao nível onto-lógico $I/D/^n$ iria, pois, corresponder a estrutura epistemo-lógica $D/^n/D = D^{n+1}$. Deste modo, para o nível fenomênico I a estrutura epistemo-lógica seria simplesmente D; para o nível objetivo I/D, ela seria $D/^2$; e para o nível subjetivo ela seria $D/^3$.

Detalhemos um pouco a estrutura epistemo-lógica objetiva, $D/^2$. Ela compreende as posições I, D I/D e $D/^2$, conforme mostra a figura 12, correspondentes ao sujeito (S), ao conjunto dos grupos operatórios inconscientes (Rs) (que obviamente podem se tornar conscientes por força de grupos operatórios mais potentes ou englobantes), ao objeto (O) e ao espaço, referencial global ou contexto (Ro). Este esquema é, de certo modo, a superposição de três esquemas tradicionais: o esquema kantiano, compreendendo as posições I, D (onde estariam as **categorias *a priori***) e I/D; o esquema lógico-gestaltiano, compreendendo I, I/D e $D/^2$(lugar do **fundo**); por último, o esquema fenomenológico husserliano, contendo apenas as posições I e I/D, que desconsideradas as posições diferenciais, se reduz a I e I, como teremos oportunidade de constatar adiante, quando tratarmos da estrutura epistemo-lógica fenomênica.

Estrutura epistemo-lógica objetiva

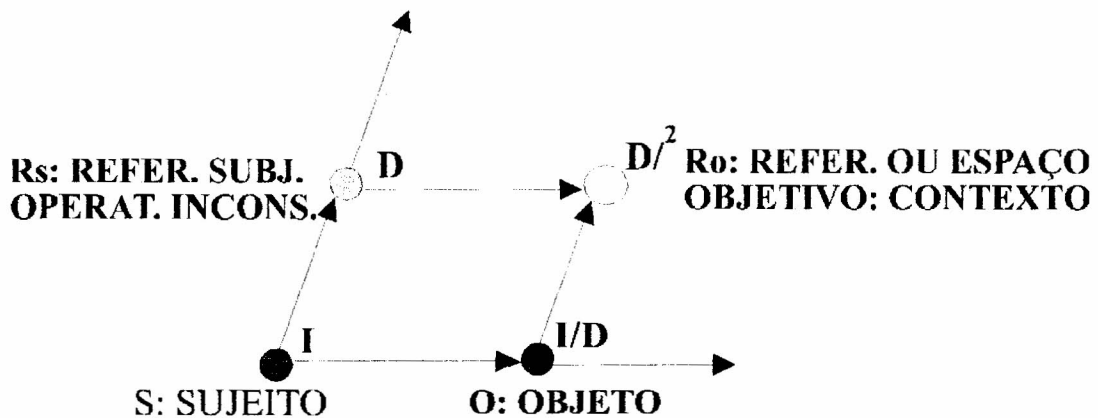



Figura 12

Já a estrutura epistemo-lógica subjetiva possui oito componentes a saber: I, D, I/D, $D/^2$, I/D, $D/^2$, $I/D/^2$ e, finalmente, $D/^3$. A cada uma destas estará associado um aspecto fundamental da situação epistemológica inter-subjetiva; estes seriam, respectivamente: o sujeito (S), o inconsciente do sujeito (Rs) onde estão de algum modo impressos, intensivamente, todos os referenciais ou gramáticas em jogo, a pergunta ou demanda (Ps) , o referencial ou contexto da pergunta ou demanda (Rso), a resposta ou a oferta (Po), o referencial ou contexto da resposta ou oferta (Ros), o outro (O), e por derradeiro, o espaço ou referencial global da relação cognitiva inter-subjetiva (Roo). Ver figura 13.

A mesma especificação valeria para o plano fenomênico? É claro que sim, malgrado, como veremos, a aparente excepcionalidade.

No plano epistemo-lógico, a estrutura de nível fenomênico, sendo governada pela lógica D, comporta em princípio dois lugares: I e D. Em I estaria naturalmente o sujeito; e em D, o "objeto"? Não, isto seria impossível porque o "objeto" tem que estar sempre na posição que define o nível: em $I/D/^2$, como o **outro**, no nível onto-lógico $I/D/^2$; em I/D, como **objeto** propriamente dito, no nível onto-lógico I/D, e, conseqüentemente em I, como "objeto" ou mais propriamente, como ser-fenomênico, no nível I. Portanto, tanto o sujeito como o ser correlato, o ser-fenomênico, ficam em I, e D lá permanece vazio, apenas como uma

Estrutura epistemo-lógica subjetiva

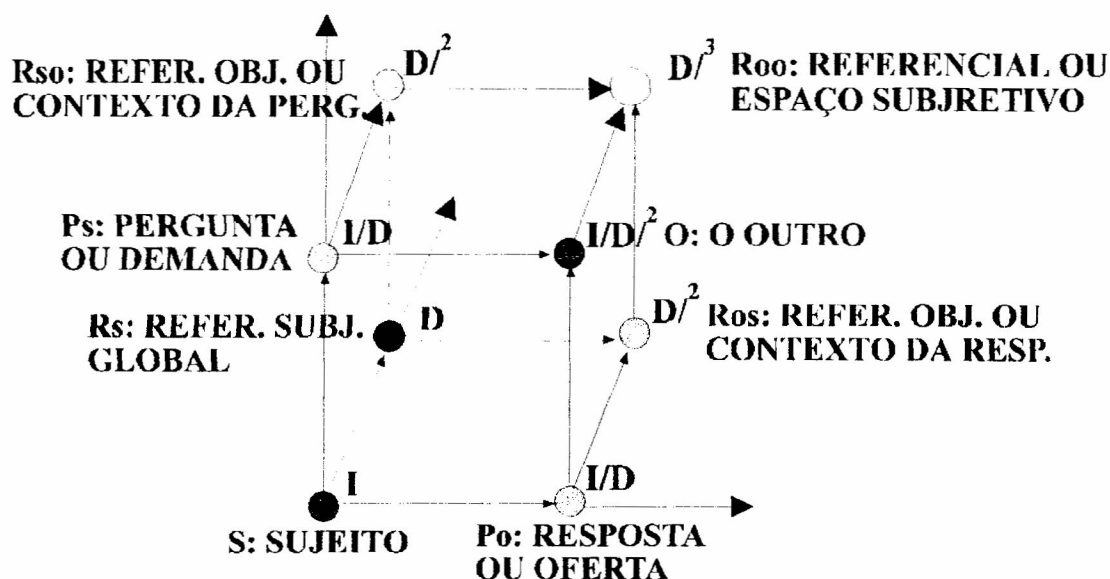



Figura 13

referência para a seccionamento lógico de I. Esta situação é denominada por Heidegger de estado de co-pertinência de ser e pensar, que, aliás, ele vai caracterizar como o acontecimento mesmo que engendrara a filosofia. Ver figura 14.

Estrutura epistemo-lógica fenomênica

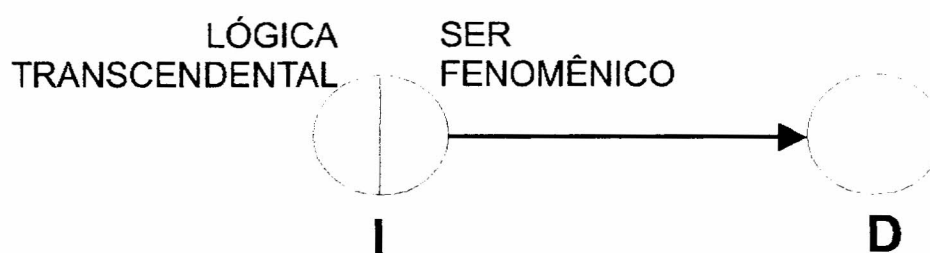



Figura 14

Esta particular situação também explica-nos porque todo conhecimento do ente é precedido de um estado de pré-compreensão do ser, em que o sujeito se comporta como mera abertura ou clareira para o advento do ser, como foi bem observado por Heidegger.

2.1.3 - Plano práxio-lógico e seus níveis

E quanto a ação ou a praxis? Temos ciência de que ela possui como um de seus momentos necessários o conhecimento, logo, o nível da estrutura praxiológica referente a um qualquer nível terá que ser, no mínimo, do mesmo porte lógico que aquele da estrutura epistemológica correspondente. Mas a praxis apresenta um elemento novo: ela restitui ao sujeito seu poder determinante, vale dizer, ressuscita nele a função lógica I. Isto faz pensar que a estrutura epistemológica referente a um nível qualquer $I/D/^{n}$ terá que ser no mínimo $D/^{n+1}$ e, ao mesmo tempo, conter explicitamente I. A solução mais simples e óbvia é articular estas duas exigências e fazê-las iguais a $I/D/^{n+1}$. A "distância" lógica entre o nível onto-lógico de referência – $I/D/^{n}$ – e aquele da estrutura praxiológica correlata será, assim, de I/D. E não é por outra razão que toda teoria da ação que se preza requer, como infra-estrutura lógica, a dialética.

Chega-se, deste modo, à conclusão que para o nível fenomênico I a estrutura praxiológica correspondente será I/D; para o nível objetivo I/D, ela será $I/D/^{2}$; e, finalmente, para o nível subjetivo $I/D/^{2}$, ela será $I/D/^{3}$. A determinação lógica das estruturas epistemológicas e praxiológicas bem justifica que, doravante, a elas nos referiramos como verdadeiras estruturas epistemo-lógicas e paraxio-lógicas, respectivamente.

Em resumo, temos o seguinte quadro de estruturas mundanas:

Lógica	Onto-lógica	Epistemo-lógica	Práxio-lógica
Nível fenomênico	I	D	I/D
Nível objetivo	I/D	$D/^{2}$	$I/D/^{2}$
Nível subjetivo	$I/D/^{2}$	$D/^{3}$	$I/D/^{3}$

Como I/D é a lógica do signo, a ação específica no nível fenomênico é a **nomeação**. $I/D/^{2}$ será então a lógica da ação objetiva a que todos nós damos o nome de **técnica**. Estas simples observações evidenciam como a modernidade é filha direta da cultura judaico/cristã: $I/D/^{2}$ constitui-se apenas na repetição, num degrau superior, do preceito bíblico que determina ao homem o apoderar-se da natureza, começando justamente pela nomeação de todas as coisas. A figura 15 nos dá a representação geométrica canônica de cada uma das estruturas mundanas apresentadas no quadro anterior.

Estruturas lógicas, epistemo-lógicas e práxio-lógicas mundanas

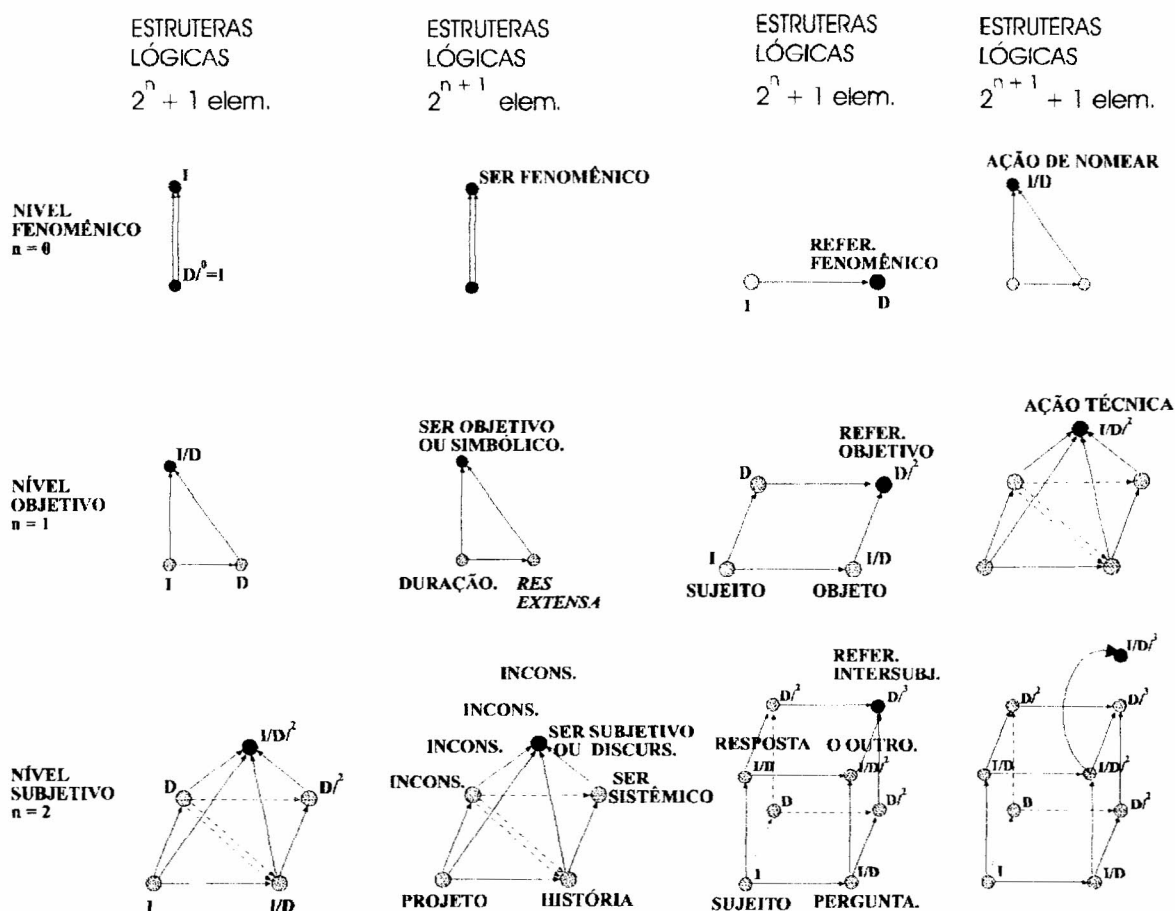



Figura 15

O conjunto das figuras referentes a um mesmo nível deixa transparecer uma evidente simetria: de um lado, há a homologia entre pensamento (lógica) e realidade, do outro, a quase homologia entre conhecimento e ação. Nesta última, apenas a lógica superior da estrutura práxio-lógica não encontra correspondente na estrutura epistemo-lógica. Este pequeno detalhe é de importância crucial: ele permite explicar a passagem de um nível onto-lógico a outro, exatamente, pela quebra de simetria que ocorre, como se viu, justamente pela **ação**. Isto quer dizer, também, que o homem em seu desenvolvimento onto-genético – que sabemos agora ser, em realidade, um desenvolvimento onto-lógico – passa de um nível para outro por força, precisamente, da práxis.

É evidente que a praxis referente a um nível $I/D/^n$ leva ao exercício de $I/D/^{n+1}$, que é precisamente o nível onto-lógico que sucede a $I/D/^n$. Daí, também, o adágio marxista de que é a praxis tecnológica ($I/D/^2$) que proporciona nossa verdadeira humanização, o que, aliás, é apenas uma transposição para um registro superior, da afirmação bíblica de que o processo de humanização começa, precisamente, com o exercício da nomeação (I/D) de todas as coisas.

Cada nível seja do plano epistemo-lógico definido genericamente por $D/^{n+1}$, seja do plano práxio-lógico definido genericamente por $I/D/^{n+1}$, comporta 2^{n+1} e $2^{n+1} + 1$ **aspectos** correlatos a cada uma das lógicas subsumidas pelas estruturas respectivas.

Podemos de maneira sintética afirmar então que tudo isto, entrementes, é válido apenas para os níveis mundanos; para os níveis transcendentes teríamos que haver com algumas complicações geradas pela possibilidade da "fusão" parcial de ser e pensar, que quebrariam a regra simples aqui proposta de determinação da estrutura epistemo-lógica e práxio-lógica a partir da estrutura onto-lógica de referência. Assim, o assunto terá que ser retomado a seguir. Por enquanto, estabelecemos apenas que: restrito à esfera mundana ($n \leq 2$), para todo nível onto-lógico genericamente determinado pela lógica $I/D/^n$, ficam definidos níveis epistemo-lógico e práxio-lógico determinados, respectivamente, pelas lógicas $D/^{n+1}$ e $I/D/^{n+1}$.

Para concluir, observemos que a práxis ou ação sobre o ser é mais que simples saber: implica a reativação do sujeito (retorno de I); logo, se estivermos visando o nível I, o saber correlato será D e o espaço práxio-lógico, I/D; se o visado for de nível I/D o espaço práxio-lógico será, obviamente, $I/D/^2$, e se de nível $I/D/^2$, $I/D/^3$. Notemos que tanto à $D/^3$ como à $I/D/^3$, não temos acesso, porque o nível humano é apenas $I/D/^2$. Não obstante, mirando-se por este furo epistemo-práxio-lógico determinado – um segundo, que não se confunde com o furo indeterminado ou nada originário – pode-se crer que se visa Deus, e abaixo, sua corte de anjos retos e demônios tortos dispersos extraviados. Para tanto se mencionariam lógicas impensáveis, trans-subjetivas, respectivamente $I/D/^3$ e $I/D/^4$. É justamente por aí que se pode encontrar, enfim, uma verdadeira passagem

para uma teologia natural (ou teo-logia), como teremos oportunidade de ver mais adiante.

2.2 - O Homem como ser lógico-qïnqüitário

Nosso principal propósito aqui será o de buscar estabelecer as bases sólidas para uma antropologia filosófica, tida por nós como pressuposto incontornável de todas as antropologias especializadas – cultural, econômica, política etc.

A tarefa é urgente, sobretudo, na profilaxia das mistificações, pois não há hoje programa governamental ou empresarial que não declare ter o **homem** como sua meta de última instância, porém, fazendo todos eles questão de cuidadosamente omitir o que seria ou deveria ser este homem, em que pese a pletora de conceituações historicamente já oferecidas.

A propósito, vale a pena relembrar algumas: bípede implume, animal racional, misto de corpo e alma, *homo herectus*, *homo habilis*, ser-decaído, símile de Deus, ser-de-vontade, ser-de-desejo, ser simbólico, ser discursivo, ser poético, pastor do ser, e hoje, largamente propalada, *homo economico*, mas, na verdade, nada mais que *homo* virtual, só virtualmente real, além do bem e de todo mal, em suma, *homo* neoliberal. Parece-nos que é justamente este último que os aludidos programas assumem e omitem fingindo um certo pudor.

Ora, por tudo que vimos até aqui, não podemos ter a menor dúvida quanto à natureza da conceituação que devemos buscar para o **homem**. Ela precisará ser baseada na lógica, enfim, uma conceituação de estofo antropo-lógico que venha situar o homem, com o devido rigor, no espaço onto-lógico. Isto eqüivale a atribuir ao homem um determinado estatuto lógico, que afirmamos ser o lógico qüinqüitário. Teríamos assim, por enquanto, a seguinte conceituação:

> O **homem** é um ser **lógico qüinqüitário**, vale dizer, de nível lógico $I/D/^2$.

Foi por ter já em mente a conceituação acima que no capítulo I classificamos as lógicas de I a $I/D/^2$ como mundanas e como transcendentes

aquelas de $D/^3$, inclusive, em diante; **mundanas** e **transcendentes**, vê-se agora, tomado o homem como referência.

A definição aqui adotada – embora ainda não completa – não é assim tão inusitada, pois vamos encontrá-la parcial ou implícito já na lista anteriormente apresentada. Ela é semelhante à definição aristotélica de homem como animal racional, bastando que atribuamos a lógica I à condição animal e a lógica $D/^2$ a de racional. Trata-se, pois, de uma conceituação precisa, conquanto que machista de homem: $(I)/(D/^2) = I/D/^2$. Quando se diz que o homem é um ser discursivo também se está bem próximo da conceituação por nós oferecida, uma vez que o discurso pressupõe a articulação de símbolo (I/D) e da gramática ($D/^2$) numa totalidade de nível lógico $I/D/^2$.

Uma potente justificação para o que estabelecemos como ser do **homem**, entretanto, nos vem da antropologia estrutural moderna. Ela não nos vem no registro da pura lógica, mas de uma metáfora sexo-lógica de grande poder explicativo. Parte-se de que no animal vige uma primeira diferença D_1, do macho (M) e da fêmea (F) biológicos. A diferença D_1 é uma simples diferença e não uma dupla diferença sujeita ao princípio do terço excluído, visto que o animal pode eventualmente assumir a bisexualidade ou, muito jovem ou senil, a a-sexualidade. A passagem do animal ao homem se daria pela emergência de uma segunda diferença D_2, fazendo com que a sexualidade humana deixe o regime da simples diferença D_1, pelo da dupla diferença D_1/D_2 ; deixe o espaço quase bipolar pelo espaço definitivo tetrapolar. Ver figura 16

Esta segunda diferença que não está na natureza é a diferença clânica, que faz com que todo agregado humano seja também dividido em clãs – clã X e clã Y (esta podendo ser um clã ou representar um conjunto de múltiplos clãs). Estariam os homens divididos em quatro classes: MX, machos de clã X; MY, machos de clã Y; FX, fêmeas de clã X; e FY, fêmeas de clã Y. Isto permite que se instaure no grupo uma lei de duplo aspecto – da obrigatoriedade da exogamia e da proibição do incesto. Os machos de clã X só podem desposar fêmeas da clã Y e, compensatoriamente, os machos da clã Y são obrigados a desposar fêmeas da clã X. Instaura-se assim o processo de circulação social de mulheres, essência de todas as trocas coletivas e base da coesão social.

Do animal ao homem

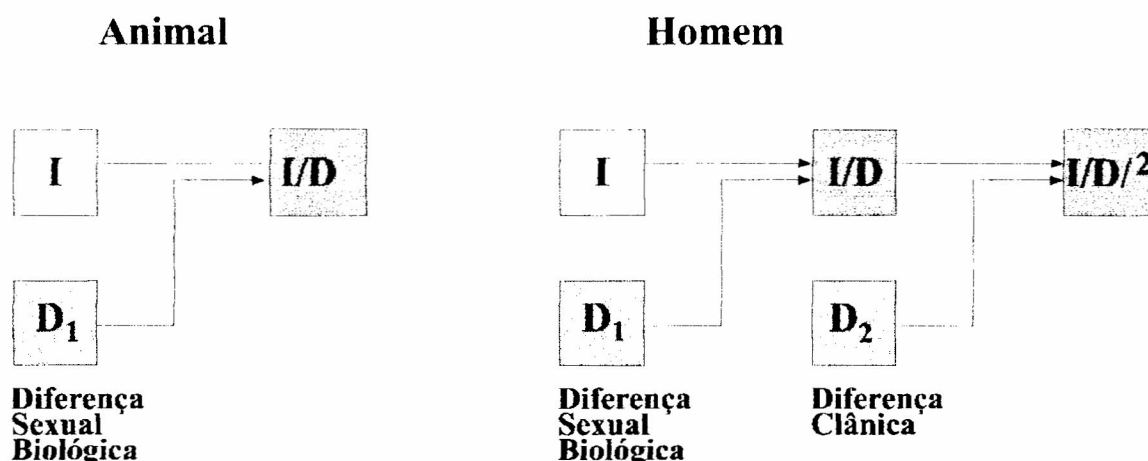



Figura 16

Em suma, ter-se-ia como explicação da passagem do animal ao homem, da natureza à cultura, a prevalência de uma nova diferença, a diferença clânica, e não algo da ordem da identidade, como admitido por tantos e por tanto tempo.

A descoberta da **diferença** com todo seu enorme peso, entrementes, não pode por si só fazer desaparecer a identidade, seja lá em que contexto for. Entre os animais, é óbvio que ela está ali presente, que os animais mais evoluídos, precisamente, aqueles dotados de sistema nervoso central (S.N.C.), sentem-se um, com todas as suas conseqüências, seja pela presença de um poderoso instinto de preservação, seja até pelo sentimento de angústia. A prova ainda mais decisiva está no poder de manipulação de símbolos convencionais pelos animais dotados de S.N.C. Desde o *Parmênides* de Platão ([13]) sabemos que o saber que lida com símbolos requer o domínio da dialética, lógica síntese das lógicas da identidade e da diferença. Logo, o animal pode ser, com segurança caracterizado como um ser lógico trinitário.

Para sermos um pouco mais elegantes, deveríamos, entretanto, introduzir a identidade no mesmo registro considerado pela antropologia estrutural, vale dizer, o da metáfora sexo-lógica. Aí, então, como caracterizar a presença da identidade?

No mundo da *res extensa,* essencialmente espacial, ou em linguagem religiosa, num mundo criado, não pode vir primeiro a identidade; primeiro, é a diferença ou a espacialidade, e toda identidade terá que dela derivar. A maneira de concebê-la – a identidade – será a de uma **diferença colapsada**, formalmente, um D tal que $D/^{0} = I$. No animal, a identidade, que não poderia surgir senão como resultado de um colapso, se dá precisamente pelo colapso da diferença sexual maturo x imaturo (D_0). Trata-se efetivamente de uma diferença, porém, todo animal dela participa nas duas pontas – ora imatura, ora, depois, sexualmente maturo.

Esta consideração nos permite aprimorar, ao mesmo tempo que reter o essencial, do esquema proposto pela antropologia estrutural no que se refere à passagem da natureza à cultura, da animalidade à humanidade.

O animal pode chegar à plenitude de seu ser ainda que vivendo isoladamente – assim garantem os seus instintos – o que formalmente está inscrito no fato de I/D possuir apenas um valor próprio. Já o homem, porque três são os valores próprios de $I/D/^{2}$, só chega à plenitude de seu ser contando com uma intersubjetividade constituída de pelo menos três elementos. Mas não é só, é preciso que entre os três vija a oposição sexual, na medida em que cada uma delas representa um modo de realização de $I/D/^{2}$. A "sexuação" no homem tem caráter onto-lógico, vale dizer, que masculino e feminino constituem modos essenciais de sua realização plena.

Ora, os dois modos possíveis de constituição de $I/D/^{2}$ são aquelas que articulam, de um lado, I com $D/^{2}$ – $(I)/(D/^{2}) = I/D/^{2}$ –, de outro lado, I/D/ com D – $(I/D/(D) = I/D/^{2}$; estes são, portanto, os modos de realização sexual do homem, respectivamente, o masculino e o feminino.

Ao contrário do animal cuja sexualidade se define num espaço apenas bipolar, no homem, ela requer um espaço tetrapolar; portanto, cada modalidade sexual precisa ser definida por um par de lógicas, em suma, pelas lógicas diagonais da base da pirâmide representativa de $I/D/^{2}$.

Há no processo de realização humana algo de irredutivelmente paradoxal. As sínteses de I com $D/^{2}$ (masculina) e de I/D com D (feminina) definem modos de ser humano, isto é, $I/D/^{2}$, mas não o totalizam de modo absoluto, pois, um modo de realização necessariamente exclui o outro; o homem só é e será sempre, ao mesmo tempo, completo e incompleto.

Podemos, pois, aprimorar nossa conceituação inicial de homem, estabelecendo que:

> O **homem** é um ser **lógico qüinqüitário**, vale dizer, de nível lógico $I/D/^2$, que se realiza numa contextualidade intersubjetiva sexualizada, alternativamente, pelas sínteses de I com $D/^2$ (**masculina**) e de I/D com D (**feminina**), e se mantém, permanentemente, na **completude/ incompletude**.

Dizer que para o homem a existência vem primeiro do que a essência, é o mesmo que dizer que o homem não pode por si dar conta de seu vir-a-ser no mundo, que o homem está simplesmente atirado no mundo. Significa também que o homem pode dar conta dos entes que lhe rodeiam, mas não das existências, inclusive a sua própria; que não lhe escapa a diferença ôntico/ontológica, nem pode dela escapar.

2.3 - Afinal, a falta estrutural

Podemos resumir tudo isso dizendo que o homem tem um "furo" originário; que ele se consuma em torno de uma carência inextinguível; que a angústia (e não o medo) lhe é, pois, constitutivo. Isto é bem sabido, porém, estamos pouco atentos para uma outra falta, que não lhe é de origem, mas de destino. Vimos no item anterior que o espaço epistemológico do ser subjetivo ($I/D/^2$) vai até $D/^3$ e o espaço práxio-lógico correspondente, até $I/D/^3$. Ora ambas as estruturas – epistemo-lógica e práxio-lógica humanas – não são acessíveis ao homem, que cinge-se apenas a $I/D/^2$. Como, porém, os demais elementos de ambas as estruturas lhe são acessíveis, $D/^3$ e $I/D/^3$ são então vivenciadas como falta ou carência estrutural. Ver figura 17.

Assim, no homem estão presentes dois tipos de falta, a falta originária ou transcendental e a falta destinatária ou transcendente. Este tipo de falta – falta estrutural – resolve um problema crônico de toda teologia, qual seja, do acesso do menos ao mais. De fato, a **revelação** não o resolve, porque o problema não é apenas de emissão, mas igualmente de recepção da mensagem. O conhecimento por analogia, seja *entis* (S. Tomás), seja *fidei* (K. Barth) ([14]) é uma falácia, porque a analogia não é um modo de conhecimento, mas, sim, de expressão, que exige o prévio conhecimento do significado e do significante. A falta estrutural por nós assimilada contorna a

dificuldade, pois o mais está presente no menos, contudo, como falta. Eis aí, pois, a base vivencial real para a admissão e conseqüente busca do transcendente.

Falhas estruturalis epistemo-lógica e práxio-lógica humanas

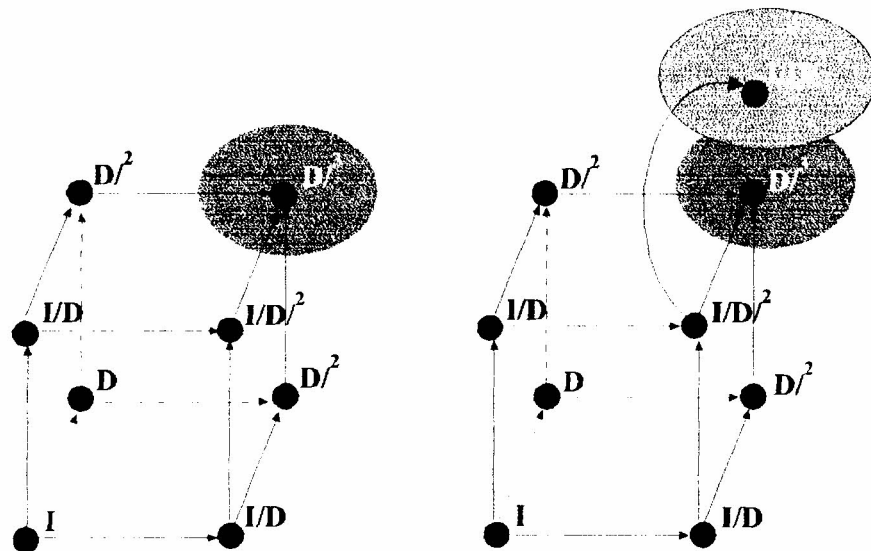



Figura 17

Na prática o homem sutura $D/^3$ com $D/^2$, reduzindo o saber intersubjetivos a impossíveis **ciências humanas**; e sutura $D/^3$ e $I/D/^3$, respectivamente, com $D/^2$ e $I/D/^2$ reduzindo as inesgotáveis práticas intersubjetivas a meras **técnicas suasórias** ou **de sedução**. Chega-se, assim, a uma terceira e mais detalhada conceituação de homem:

> O homem é um ser **lógico qüinqüitário**, vale dizer, de nível lógico $I/D/^2$, que se realiza num contexto sexualizado de no mínimo três, *como síntese de I com* $D/^2$ *(masculino) ou de I/D com D (feminino)*, tudo isto, num contexto transcendente, cujo acesso lhe é facultado pela vivência direta da falta estrutural epistemológica ($D/^3$) e das falhas estruturais práxio-lógicas ($D/^3$ e $I/D/^3$).

Existem ainda muitos outros modos de mostrar a presença do referido horizonte, alguns mais, outros um pouco menos convincentes; alguns menos, outros um pouco mais próximos da intuição. Não podendo nem necessitando

lembrá-los todos, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a lógica I/D do animal dotado de sistema nervoso central lhe dá acesso ao símbolo já inteiramente convencional (o que não quer dizer não motivado) e que a lógica $I/D/^2$ do homem lhe dá acesso ao discurso que, mais do que se constituir num super símbolo, faz emergir o sentido intensivo ou contextual. Isto significa igualmente que o homem passa a habitar a linguagem, como diria Heidegger ([15]), devendo-se precisar que contextualidade a aqui implicada se determina não só pelo já dito, mas se historiciza na medida em que o será também por tudo que ainda se virar dizer.

A insistência de um horizonte transcendente para o homem é de fundamental importância por múltiplas e importantíssimas razões. Dentre elas, destacaríamos, primeiro, que tal horizonte impede que ele se feche sobre si mesmo, e, conseqüentemente, que a filosofia acabe se reduzindo a um humanismo e a religiosidade a um panteismo, a exemplo do que aconteceu a Hegel; depois, porque a presença deste horizonte de ser "junto" ao próprio ser é o que possibilita a emergência e insistência tensional entre ser e deve-ser, conseqüentemente, da emergência da dimensão ética no mundo. Nota-se então que a emêrgência da dimensão ética é correlata à vivência do transcendente, o que justifica parcialmente o que dizia o personagem dostoievskiano: "Se Deus não existisse tudo seria permitido."

Para concluir oeste capítulo, observaríamos que não existindo na esfera mundana nada de nível onto-lógico superior a $I/D/^2$, somos obrigados a concluir que o homem situa-se no ápice da mundanalidade. Isto vem se chocar contra o processo da modernidade que, com suas descobertas científicas – no campo da astronomia e da cosmologia, da evolução biológica, da lingüística e da psicanálise – vinha tirando sistematicamente o homem da posição privilegiada em que o cristianismo o colocara. Haviam, é verdade, casos como o do Padre Teillard de Chardin e, mais recentemente, o da asserção do **princípio antrópico** ([16]) em suas diferentes versões, mas estas não passam de exceções no curso do pensamento moderno. Bem cientes de estarmos contra a corrente, o fazemos entretanto com convicção, acreditando que, de maneira definitiva, achamos e justificamos o verdadeiro lugar do homem no cosmos.

Podemos agora partir em busca de uma nova e mais profunda compreensão do sagrado (ou com o Absoluto) e de sua relação com o homem, tarefa a nos dedicaremos no próximo capítulo.

3 - O Absoluto

Recordemos nossas grandes questões: É lícito perguntar pelo Absoluto? Em que direção procurá-Lo? Afinal, como identificá-Lo e bem caracterizá-Lo? Se não somos o Absoluto – cremos que as nossas próprias vivências o atestam – como é possível chegarmos a desconfiar de sua existência? Como seria possível o acesso ao absolutamente transcendente? Estas são as perguntas básicas para as quais pretendemos a seguir encontrar respostas honestas e , na medida do possível, também claras.

Antes de mais nada precisamos de um acesso ao simplesmente transcendente e vimos que isto só é possível como presença de uma falta, que terá por isso que ser uma falta estrutural, uma falta numa estrutura cujos elementos estruturais nos são quase todos já acessíveis. Vemos também que esta é a situação do conhecimento e de ação intersubjetiva – na primeira, nos é vedado o acesso a um único elemento da estrutura que represente o referencial global da referida situação, ocupado pela lógica $D/^3$; na segunda, nos são vedados dois dos nove elementos estruturais de maior nível, $D/^3$ e $I/D/^3$. Ora é justamente a vivência destas faltas que evidenciam ao homem que ele não se constitui no nível lógico máximo, vale dizer, que ele habita num espaço lógico que o transcende. Uma conclusão bem diferente daquela de Hegel que atribui ao homem o ser-dialético e faz deste mesmo ser, no seu limite auto-desvelador, o Absoluto – em suma, uma simultânea e paradoxal afirmação de humanismo e de panteísmo. Não é definitivamente este o nosso caso.

Estamos, assim, justificados no nosso desejo do transcendente, e conseqüentemente, no nosso anseio por um Absoluto que lhe habite os confins, e o que é tão importante quanto o já conquistado: temos uma direção para seguramente procurá-lo.

3.1 - O Absoluto septendecitário

Consideramos a questão da correta direção em que se deva buscar o Absoluto como de magna importância, haja visto, os freqüentes descaminhos em que temos nos metido, como bem mostra a história das doutrinas religiosas.

Vale a pena citar três equívocos bem atuais. O primeiro, bastante comum entre as pessoas mais ilustradas da sociedade, que dizem não aceitar um Deus de semblante humano, um velho de longas barbas, mas estão prontas a concebê-lo como uma "Força" ou uma "Energia" cósmica. Um verdadeiro disparate, pois o "velho barbudo" é de estatuto lógico $I/D/^2$ e forças e energia de estatuto lógico D. Como o menor pode criar o mais?! O segundo, é o de boa parte dos atuais adeptos do pentecostalismo. Eles consideram, implícita mas corretamente o homem como ser-lógico-qüinqüitário, ou seja, de nível $I/D/^2$ e o fazem palco da luta entre o espírito de Deus (I/D) e o maligno (D). A estruturação lógica é perfeita – $(I/D) \times (D) \cong I/D/^2$ – porém o Absoluto é assim colocado num nível lógico inferior ao do homem. Inaceitável!

O terceiro equívoco, aliás muito freqüente na teologia cristã, tanto católica, quanto protestante, é de buscar o Absoluto no infinito, como já tivemos oportunidade de alertar. A noção de infinito, pelo menos na modernidade, é marcadamente quantitativa. Por exemplo, o número infinito, não é algo maior ou acima dos números, mas um verdadeiro número, só que maior que qualquer número que possamos ostensivamente apresentar. Ele permanece qualitativamente número. A artimanha de introduzir a "noção" de um infinito qualitativo é totalmente absurda, pois, como vimos é da essência de um determinado infinito manter-se qualitativamente o mesmo que o finito de referência. Ao contrário do que acreditava Hegel, não há bons e maus infinitos – pelo menos para a teologia. E por que não também para a filosofia? De certo modo, todo infinito é ruim.

Com o estabelecimento dos níveis onto-lógicos – fenomênico (I), objetivo (I/D), subjetivo ($I/D/^2$) – fica mais ou menos óbvio que o Absoluto precisará ser buscado no prolongamento desta seqüência onto-lógica; Ele será $I/D/^n$, com **n** superior a dois. Em suma: O Absoluto só pode ser concebido como termo de seqüência onto-lógica de nível lógico $I/D/^n$ com $n>2$.

Podemos encontrar uma pista para a determinação do estatuto lógico do Absoluto se admitirmos, como é quase um consenso, que para Ele, não só ser e pensar são o mesmo, mas que também o são ser e conhecer e ser e agir. Ora se ser e conhecer são o mesmo, ou quase, é porque a estrutura epistemológica se reduz a D, como no caso do nível fenomênico, onde D é apenas uma referência externa e "sujeito" e "objeto" se mantêm em estado de

co-pertinência, vale dizer, ambas na posição I. O mesmo valeria para o agir divino. Se isto, a situação geral dos planos e respectivos níveis seria:

	Nível Fenomên.	Nível Objetivo	Nível Subjetivo		Nível Absoluto
Plano onto-lógico	I	I/D	$I/D/^2$	....	$I/D/^n$
Plano epistemo-lógico	D	$D/^2$	$D/^3$	....	D
Plano práxio-lógico	I/D	$I/D/^2$	$I/D/^3$	....	I/D

Para que seja preservada a máxima simetria do quadro acima, dever-se-ia fazer n=4, com a introdução de um nível onto-lógico intermediário com n=3 , cujas respectivas estruturas epistemo-lógicos e práxio-lógico seriam $D/^3$ e $I/D/^3$. Teríamos, assim:

	Nível Fenomên.	Nível Objetivo	Nível Subjetivo	Nível Intermd.	Nível Absoluto
Plano onto-lógico	I	I/D	$I/D/^2$	$I/D/^3$	$I/D/^4$
Plano epistemo-lógico	D	$D/^2$	$D/^3$	$D/^2$	D
Plano práxio-lógico	I/D	$I/D/^2$	$I/D/^3$	$I/D/^2$	I/D

Chegaríamos assim a cinco importantes conclusões:

a) O Absoluto seria de nível **$I/D/^4$**, vale dizer, governado pela **lógica septendencitária**, pois 17 são as posições na estrutura lógica de $I/D/^4$;

b) Seu conhecer é um estrito correlato de Seu ser; ambos em estado de co-pertinência na posição I da estrutura epistemológica D. Similar em tudo seria também o Seu agir;

c) Existe um nível intermediário entre o do homem e o do Absoluto, que aliás, é reconhecido pela maioria das grandes religiões do mundo, a que damos a denominação de **nível angélico**, aquele próprio tanto a anjos, como a demônios, pouco importa suas existências efetivas.

3.2 - "Atributos" divinos

Sendo $I/D/^4$ formalmente decomponível, pode-se daí inferir (ver figura 18) os "atributos fundamentais" do Absoluto:

a) $I/D/^4$ como síntese de I e $D/^4$ corresponde ao Absoluto criador (I) onisciente ($D/^4$);

b) $I/D/^4$ como síntese de I/D e $D/^3$ corresponde ao Absoluto doador de sentido (I/D) em última instância, vale dizer, do esgotável ($D/^3$) – o Absoluto do Juízo Final –;

c) $I/D/^4$ como síntese de $I/D/^2$ e $D/^2$ corresponde ao Absoluto como criador do homem ($I/D/^2$) à sua semelhança e, correlatamente, como seu Salvador ($D/^2$);

d) $I/D/^4$ como síntese de $I/D/^3$ e D corresponde ao Absoluto boníssimo, que permite venham à existência criaturas de nível lógico $I/D/^3$ que, eventualmente rebelados (D) – pela soberba, naturalmente –, serão as única capazes de infernar-Lhe a Criação; é precisamente por aí que se pode dar resposta à questão da existência do mal no Reino de Deus ($I/D/^4$).

Atributos divinos

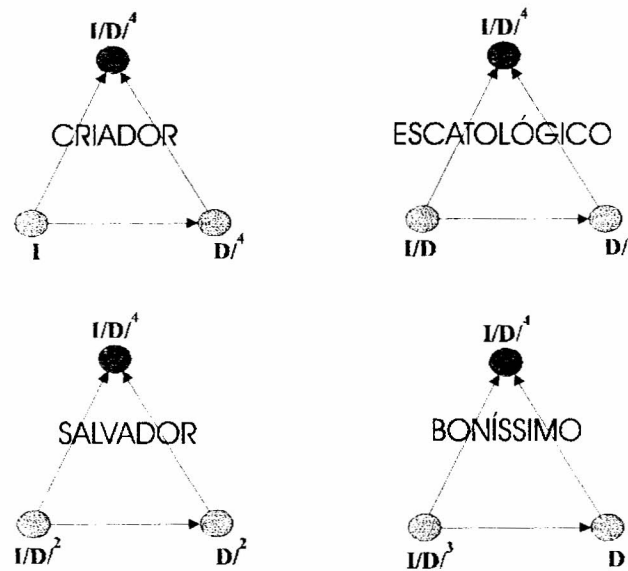



Figura 18

3.3 - Lógica dos inevitáveis ateísmos

Dada a profunda homologia entre $I/D/^4$ e $I/D/^2$ – não esquecer que o homem ($I/D/^2$) foi criado à semelhança do Absoluto ($I/D/^4$) – ficam

determinadas *a priori* todas as grandes variantes do ateísmo, já bastante evidentes com a modernidade:

a) redução do I Absoluto ao I humano – ateísmo sartreano, onde a liberdade Absoluta é tida como impeditiva da liberdade humana –,

b) redução do I/D Absoluto ao D humano – ateísmo freudiano, onde o espiritualidade (ou a cultura) se constituiria num impedimento ao desejo humano –,

c) redução do $I/D/^2$ Absoluto ao I/D humano – ateísmo marxista, onde a aceitação da intervenção do Deus/Homem na História seria uma alienação, uma forma de subtraí-la à ação humana –,

d) redução do $I/D/^3$ Absoluto ao $D/^2$ humano – ateísmo racionalista, que curiosamente suprime o "plano angélico" em proveito da cientificidade, a "lógica angélica" em proveito da lógica clássica ou da dupla diferença ([17]);

e) redução do $I/D/^4$ Absoluto ao $I/D/^2$ humano – ateísmo humanista, em geral, onde so homem se toma como o próprio Absoluto. Ver figura 19.

Os ateísmo

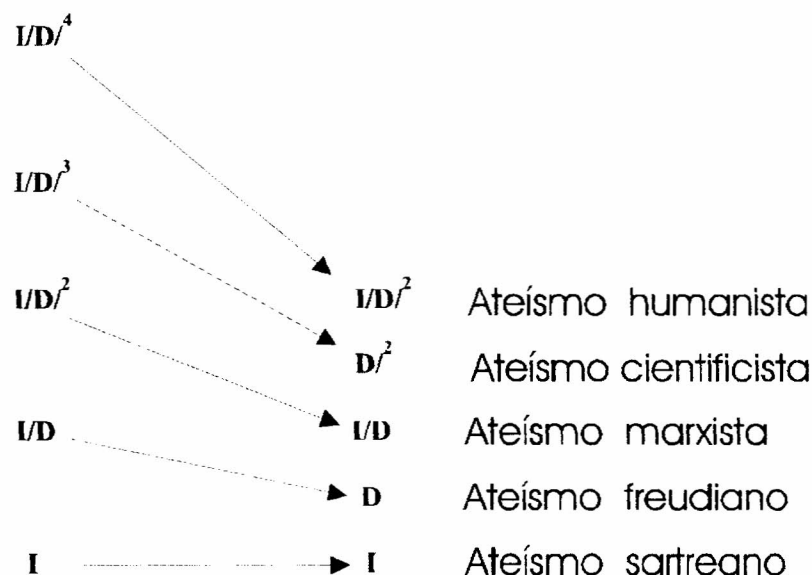



Figura 19

Pode-se argumentar que $I/D/^4$ é pouco; responderíamos que é o suficiente. Atentemos, primeiro, para a enorme distância existente entre $I/D/^4$ e $I/D/^2$ quando comparado à distância I/D (pedra, animal) e $I/D/^2$ (homem); depois, proibidos de atribuir ao Absoluto o nível $I/D/^\infty$, teríamos que atribuir um n qualquer; por que não n = 4, para o qual temos uma boa justificativa?! Por fim, a distância $D/^2$ entre o homem e Absoluto é suficiente para que o primeiro se faça totalmente dependente do segundo, pois a distância $D/^2$ significa precisamente um poder de total "enquadramento". Isto quer dizer, que em última instância a salvação humana depende da Graça divina. Por último, observaríamos que para o homem, $I/D/^n$ com $n > 4$ é algo completamente inconcebível ou indistinto de $I/D/^4$.

Ainda a propósito da figura 16, ali fica bastante evidente em que sentido preciso se deve tomar a proposição que fala da criação do homem à semelhaça de Deus. Os **níveis onto-lógico** divinos – I, I/D, $I/D/^2$, $I/D/^3$ e $I/D/^4$ – estão perfeitamente representados pelas lógicas que constituem a **estrutura onto-lógica** humana – I, D, I/D, $D/^2$ e $I/D/^2$ –, o que nos permite concluir que tal semelhança é, como se viu, também a própria razão dos ateísmos; daí um certo ar de aporia que todos eles carregam. Um importante ponto ainda a destacar é que o I humano não é originário, como o I divino, pois o último deriva ou foi criado a partir do colapso de uma diferença D.([18])

Não seria demais encerrar este curto item estabelecendo, formalmente, que o plano onto-lógico, além da esfera mundana, que vai até $I/D/^2$, comporta dois níveis transcendentes: o primeiro, dito **angélico**, caracterizado pela lógica **$I/D/^3$**; o segundo, dito **Absoluto**, caracterizado pela lógica **$I/D/^4$**. O Absoluto ou Deus, além de uno e trino, pode ser dito, então, **lógico septendencitário**, pois 17 são os elementos estruturais de $I/D/^4$.

3.4 - Lógica das revelações

A revelação é a maneira possível do menor ascender ao conhecimento do maior, maior e menor, já sabemos agora, "medidos" em termos de complexidade lógica. Entrementes, o problema permanece na medida em que o conteúdo significativo revelado excede à capacidade do que lhe é logicamente inferior. Deus pode dizer quem de fato é – para Karl Rahner ([19]) a radical inclinação à autocomunicação seria parte mesmo de Sua "essência" –, porém, que homem poderia compreendê-la em toda a sua

extensão, vale dizer, dizer-se à altura da mensagem em sua plenitude? Trata-se de um paradoxo, pelo menos na aparência, que precisava ser enfrentado pela teologia, mas que , a nosso juízo, jamais o foi. Talvez não por falta de coragem, mas por falta de instrumental lógico de suficiente potência.

Em nossa simbologia, podemos colocar a questão nos seguintes termos: como é possível o Absoluto Septendecitário $I/D/^4$ revelar-se aonde, deveras, logicamente não cabe – ao homem qüinqüitário $I/D/^2$? A resposta, agora, torna-se bastante fácil conquanto não consiga completamente contornar o impossível, isto é, preservar incólume o conteúdo da mensagem, o que, aliás, fora afirmado factível, acabaria constituindo um paradoxo ainda maior do que aquele que pretendíamos enfrentar. Basta que a mensagem lógica **eu sou o que sou (ou serei)** plenamente desdobrada em **eu sou $I/D/^4$** seja quebrada em pedaços todos eles iguais ou menores do que $I/D/^2$. O modo paradigmático de fazê-lo, poderemos constatar, é que Deus, sem deixar de sê-lo, possa existir também como homem $I/D/^2$ (incarnando-se) e nesta circunstância venha proclame-se Filho numa configuração trinitária, ou seja, ocupante da posição D numa estrutura I/D. A figura 20 ilustra bem tudo que aqui foi dito.

Modo revelatório paradigmático: a incarnação

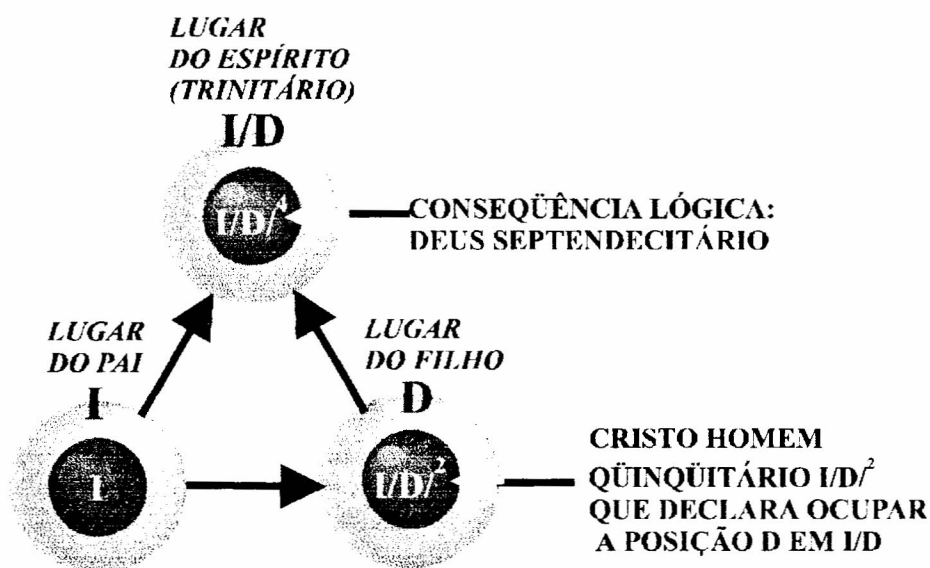



Figura 20

Atente-se: o receptor da mensagem continua a ignorar o que possa ser $I/D/^4$ enquanto tal, porém pode **imaginar** o que o transcende, assim como alguns de seus atributos, por intermédio do que poderíamos denominar **extensão lógica** (e não analógica ([20])) daqueles do homem.

Podemos identificar um segundo modo (na circunstância, mais uma Confirmação do que uma Revelação) em que a mensagem é dada não em duas partes diferentes, mas em duas iguais de "tamanho" $I/D/^2$. É o caso da proclamação do Dogma Mariano (1950): Maria, mulher, logo de nível $I/D/^2$, é assunta ao Céu, porém não mais para ocupar uma posição numa estrutura trinitária I/D e, sim, numa estrutura qüinqüitária $I/D/^2$. Ver figura 21.

Revelação Mariana implícita (Confirmação)

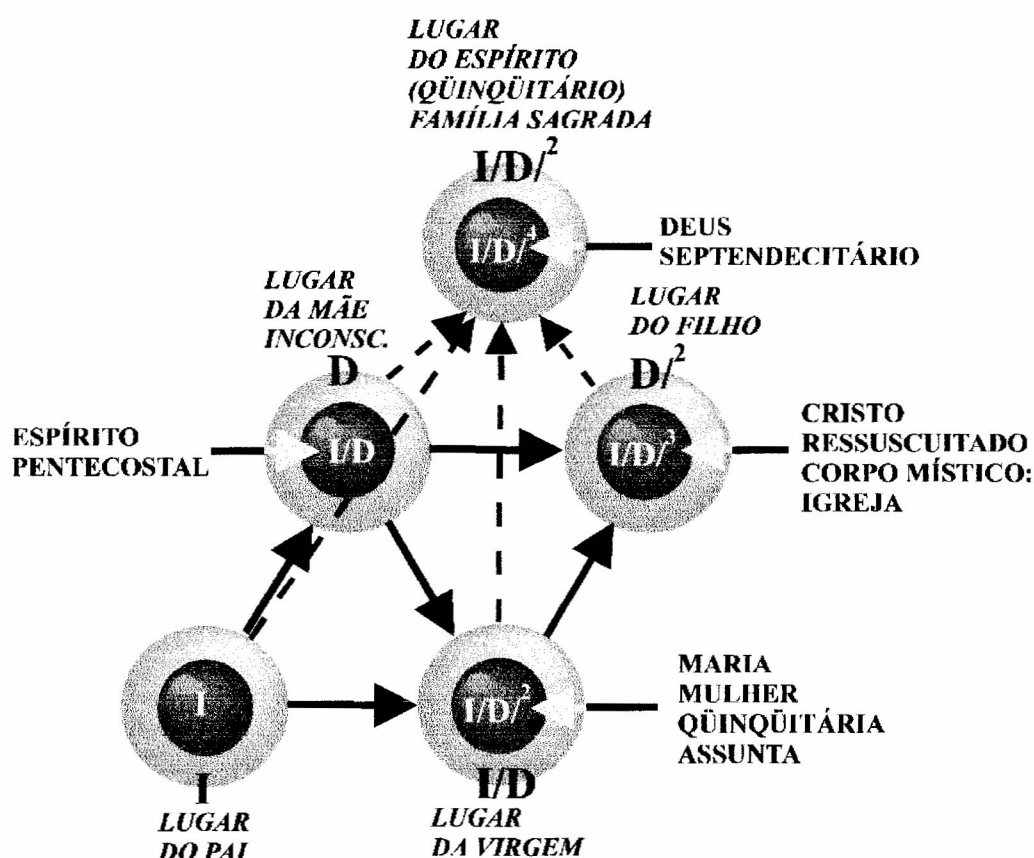



Figura 21

Precisa ser assim porque isto só vem ocorrer após a Ressurreição; o Cristo, que estava na posição de Filho D, não volta mais a ela (tal irreversibilidade é correlata à historicidade atribuída pela Igreja à

Incarnação). Isto é também corroborado pela declaração enfática do próprio Cristo fazendo ver aos discípulos que precisava deixar vaga aquela posição para a subseqüente descida do Espírito Santo (até então em I/D). Em vista desse remanejamento (ver item 1-i anterior) Cristo vai ocupar a posição de Filho numa estrutura qüinqüitária $I/D/^2$, membro agora da Sagrada Família ($I/D/^2$); seu correlato terreno passa a ser a Igreja, não propriamente uma *eclesia*, mas uma organização ($D/^2$), com propriedade doravante denominada Corpo (D) Místico de Cristo (D) – como seria mandatório, uma **dupla**

Existiriam ainda outros modos revelatórios combinando com ou sem repetição as lógicas I, I/D e $I/D/^2$, porém, todos eles formalmente mais pobres do que os dois que acabamos de apresentar. Só para exemplificar tomemos a mais simples dentre estas combinações: I, I. Ela corresponde ao episódio em que Deus se revela a Moisés dizendo ser aquele que é (ou será). Trata-se, sem dúvida, de uma revelação de Deus ($I/D/^4$), não enquanto tal, mas em seu modo mais elementar de Ser Criador, sem ser criado.

4 - Teologia e outros saberes

Embora o título deste capítulo destaque o saber teológico, o fato de vivermos num momento cultural de hegemonia da ciência faz com que a melhor estratégia didática seja aquela de tomar como referência inicial essa última e, a partir daí, irmos situando os demais saberes até chegarmos a posicionar a teologia, tanto revelada quanto natural. Dada a amplitude do tema e a estratégia adotada, o presente capítulo será subdividido em quatro partes: a primeira, dedicada às relações entre a ciência, as filosofias da identidade e da diferença, e junto com as últimas, a psicanálise; a segunda, voltada para as relações entre a ciência e a nossa onto-logia qüinqüitária inclusive sua extensão; terceiro, às relações entre a teologia revelada e a teologia natural fundamentada na onto-logia estendida; por fim, a quarta, proporcionando-nos uma visão de conjunto de todo o capítulo.

4.1 - Ciência, filosofia e psicanálise

A ciência, conquanto hegemônica, sofre dois tipos de assalto: "por baixo", isto é, dos saberes que questionam seus fundamentos ou, mais precisamente usando a terminologia kantiana, que indagam sobre suas condições *a priori*, vale dizer, de sua possibilidade. Esta postura, do ponto de vista lógico, está comprometida com a lógica transcendental ou da identidade I; nela enquadraríamos Descartes e principalmente o transcendentalismo de Kant/Fichte e a fenomenologia de Husserl. Tendo-se em conta que, do ponto de vista etnológico ([21]) a cultura $D/^2$ só se consolida quando contraposta à lógica I, somos imediatamente levados à conclusão de que tal postura carrega uma visceral ambigüidade – de um lado inquire ou contrapõe-se à ciência ($D/^2$), de outro lado a legitima. Se $D/^2$ representa a **ciência possível**, I representa o seu **sujeito necessário**. A maioria dos físicos tomam os movimentos da filosofia da identidade como um *revanchismo* (como se portadores fossem de um trauma referente à época do nascimento da ciência moderna, quando a filosofia, assim como todo saber, achava-se submetida à teologia católica). Chega a ser ingênua a precipitação com que os físicos usam a **relatividade geral** como argumento contra a idéia kantiana do espaço como forma *a priori*, externa, da sensibilidade, esquecendo-se do que eles mesmos criaram – a distinção entre as noções de espacialidade e métrica; o argumento relativista é válido para a métrica, e nada para a espacialidade, a qual, a nosso ver, era o verdadeiramente visado pelo filósofo de Königsberg.

Na verdade, tal filosofia acaba sendo, por um inescapável determinismo lógico-cultural, uma epistemologia legitimadora da própria cientificidade. Por isso tudo é que, malgrado as opiniões majoritárias de ambos os lados, vemos uma compatibilidade de fundo entre filosofias transcendentais governadas por I e a ciência moderna governada por $D/^2$.

Temos também o ataque "pelo alto", onde não se pergunta pelo fundamento, mas pela significação, pelo sentido social e em nome destes procura-se colocar peias à ciência. É mais do que evidente seja esta a postura das filosofias dialéticas I/D, na prática, muito bem ilustrada pelos procedimento dos governos que se reclamaram do marxismo. Este ataque será sempre necessariamente frustrado dada a ascendência da lógica da ciência $D/^2$ sobre a lógica dialética I/D, o que não acontece apenas no terreno das idéias, mas igualmente no das práticas sociais ([22]). Ver figura 22.

Ciência versus filosofias da identidade

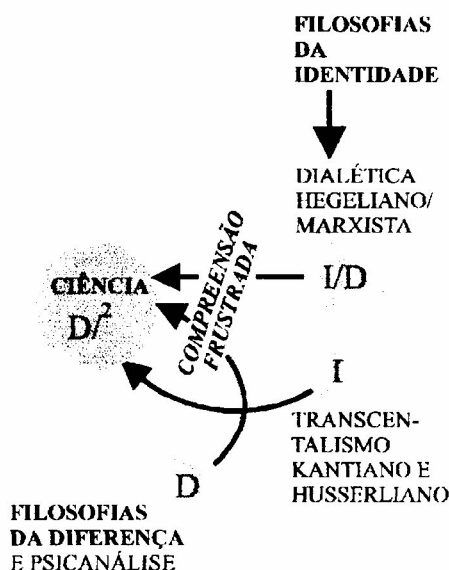



Figura 22

O leitor já familiarizado com nosso referencial lógico, perceberá que pouco falta para completarmos essa nossa primeira etapa mapeadora: apenas aquilo que se refere à lógica D, onde estariam as filosofias da diferença e, o que é mais excitante, a psicanálise. Comecemos reportando-nos a uma constatação de Rouanet ([23]), que fazemos também nossa, de que, para Freud,

a4). Que trincas e fissuras tornam-se agora evidentes na pretensão freudiana? Muitas e graves, mas restrinjamo-nos apenas a três:

a) Recordemos que o saber filosófico institui-se em seus primórdios como **pergunta pelo ser**, onde o ser é deveras lógico-transcendental (I), mas o perguntar, lógico diferencial (D); tipicamente grega é, pois, a **pergunta**, e não o **ser**, o que enfim vem irmanar filosofia e tragédia. Este fato permitiu que se gerasse um mal entendido sobre a filosofia que acabou dando suporte à tese equivocada de seu exclusivismo lógico-transcendental, fazendo-a assim solidária à família das lógicas da identidade; isto vinha significar também que, por princípio, o saber filosófico não se aceitasse como logicamente aquém ou abaixo do seus "objetos".

Entrementes, de modo sábio e coerente com a sua origem, a filosofia veio historicamente incorporando toda a produção aparentemente antifilosófica, vale dizer, todo o pensamento que se negava, de modo radical, pretensões totalizantes, originárias ou fundacionais, ou seja, os da família D; quem negaria a Pascal, Kierkegaard, Nietzsche, Heidegger, para ficar apenas nos mais eminentes – todos comprometidos com a lógica D – o estatuto de filósofos?! E aos racionalistas, empiristas, positivistas e neopositivistas, entre estes Wittgenstein – todos, quando em estado de coerência, é bom que se diga, comprometidos de maneira exclusiva com $D/^2$ – o estatuto também de filósofos?! Pode parecer paradoxal, porém, doutra feita, como se haveria ela com os saltos históricos de I para I/D, e em breve futuro, desta última para $I/D/^2$? Destarte, incorporando momentos de afirmação, tanto quanto momentos de autonegação, vale dizer aceitando-se onto-logicamente dialética, ele foi, concomitantemente, **sendo** na proporção em que se **recolhia** (o duplo sentido é aqui proposital e necessário). Amanhã, passado o **tornado** (outra vez!) neoliberal, assumir-se-á, conseqüentemente, hiper-dialética ou lógico-qüinqüitária **sendo, recolhendo-se** e afinal **consumando-se** como autêntica **onto-teo-logia** ([24]). Conclui-se facilmente daí que um pré-requisito necessário para a reivindicação freudiana seria fazer da filosofia um pensar apenas lógico identitário, transcendental ou dialético; coisa difícil de se atribuir a alguém da sua envergadura intelectual, que já fora mesmo freqüentador de cursos regulares acadêmicos de filosofia!

b) Nenhuma manipulação genética nenhuma inibição ou favorecimento da produção de neuro-transmissores, nenhum Prozac poderá derrotar de vez

a psicanálise pela simples razão de que seu ser é também ser sintomático, subversão da própria modernidade científica ($D/^2$); uma arte e manha, tão somente um saber suposto saber a partir de um fragmentário e censurado retorno do recalcado (D). Que $D/^2$ vinha para sufocar as verdades mais profundas da vida concreta governadas por D, recordemo-nos, fora já prematuramente pressentida por Pascal. Em suma, a lógica do inconsciente é D, e a lógica da ciência ou dos sistemas que ela visa é $D/^2$; aqui, sim, sem a menor possibilidade de esmaecimento fronteiriço. A sucessão da idade da ciência ($D/^2$) pela idade da plenitude humana guardado seu horizonte transcendente ($I/D/^2$ e além) é que poderá afetar radicalmente o estatuto atual da psicanálise, posto que a nova cultura irá subsumi-la, tal como o fará com a ciência, tornando-a um momento lógico e histórico de um saber maior, do **saber deveras de si,** afinal, como pretendeu a grande maioria dos filósofos a partir de Sócrates. À época de Freud, a confusão entre ciência e psicanálise poderia ter lá suas atenuantes, porém hoje soa-nos como um verdadeiro absurdo;

c) Por derradeiro, seria curioso observar que só se pode garantir que a psicanálise, sendo uma ciência, deixa necessariamente de ser filosofia, primeiro, se confundíssemos a última com a **não-ciência** (o que já mostramos, no item **a** anterior, ser inadmissível, dadas as peculiaridades da compreensão moderna de que se revestiu a filosofia); depois, que lhe aplicássemos cega e automaticamente o **princípio do terceiro excluído**: se psicanálise não é filosofia (não-ciência) , então ela é necessariamente ciência. Só um obsessivo o faria, alguém radicalmente preso à lógica $D/^2$, mesmo contando entre seus méritos aquele de fundador da psicanálise!

De certo modo, tudo que foi aqui dito sobre a psicanálise vale também para as filosofias da simples diferença (visto que as da dupla diferença confundem-se com a própria cientificidade). E podemos afirmar que uma e outras têm o seu lugar (as vezes, de conveniente ou conivente válvula de escape), seu papel de críticas da cientificidade e, conseqüentemente, da modernidade, mas jamais podem pretender superar a ciência ou mesmo compreendê-la em todo a sua riqueza; na verdade, é a lógica da ciência que as subsume como um de seus momentos. Convidamos o leitor a rever a figura 22 anterior.

4.2 - Onto-logia e ciência

Cremos terem ficado bastante evidentes as limitações das filosofias da tradição frente a ciência e a razão profunda (lógica) desta impotência. Duas exceções deviam ser aí consideradas: inicialmente, a filosofia positivista, que a rigor é uma antifilosofia e melhor se haveria como uma disciplina auxiliar à ciência; depois, a filosofia transcendental cujo estatuto de ambigüidade já tivemos oportunidade de assinalar. De fato, não se pode julgá-la como um mero fracasso, pois sua pergunta continua pertinente na medida em que a ciência, para se estabelecer, precisa justamente desconsiderar aquela pergunta – a pergunta pela origem, pelo fundamento, pelas condições *a priori* ou de possibilidade. É também verdade que a ciência, para se estabelecer, rejeita a pergunta pelo sentido, que seria a pergunta essencialmente dialética. Acontece que a dialética pergunta por um sentido total ou absoluto, ainda sem a possibilidade de um sentido intencional e/ou contextual, ou com ainda maior precisão, limitando-se a um sentido ainda não discursivo ou pré-gramatical ...e a força da gramática só se revela a nível lógico $D/^2$, historicamente com a era da ciência. Em suma, a lógica dialética situa-se abaixo da lógica da ciência que ela pretende compreender ou cobrar sentido. Hoje, sem dúvida, nada mais que uma ilusão.

Isto não significa de modo algum o fim da guerra, como tenta-nos convencer o Sr. Fukuyama, sábio do Departamento de Estado americano, mas nos põe na véspera da batalha decisiva entre ciência e filosofia. Esta só acontecerá, contudo, com o advento da terceira aliança (para aproveitar o termo usado por Prigogine, ainda que num sentido bastante impreciso); em termos etno-lógicos, com o advento da terceira na seqüência das culturas comprometidas com as lógicas da identidade – I, I/D e por fim $I/D/^2$. Precisamos, pois, de uma onto-logia de nível qüinqüitário, como vimos tentando desenvolver há algum tempo. Só este novo tipo de filosofia, e de cultura, será capaz de enfrentar e chegar à compreensão plena da ciência – ser capaz de pensá-la e não ser , como hoje, pensada por ela; em suma, ser capaz de dar-lhe sentido em todas as acepções deste termo. Ver figura 23.

É importante observar que a onto-logia qüinqüitária precisará subsumir a filosofia transcendental, conseqüentemente, encampar sua pergunta pelo fundamento, para assim poder fechar o cerco sobre a ciência, atuando "por cima", mas também "por baixo". Isto vem corroborar nossa afirmação

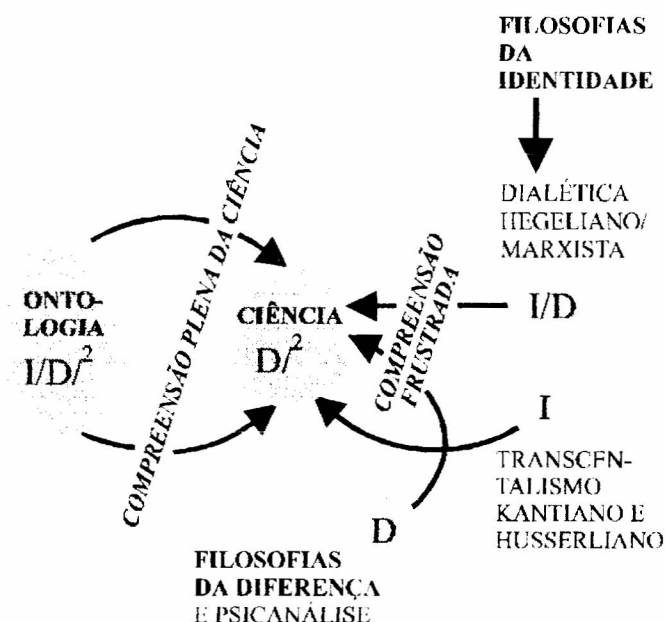



Figura 23

anterior a propósito da ambigüidade da lógica transcendental vis-à-vis a lógica da ciência, ou seja, de I vis-à-vis $D/^2$. É precisamente esta ambigüidade que possibilita a incorporação plena de I a uma lógica que busca a superação justamente de $D/^2$.

4.3 - Teologia revelada e teologia natural

Vimos já com detalhes como o homem, $I/D/^2$, incorpora em seu ser, seu próprio horizonte de ser; como, seu conhecimento e sua práxis junto aos outros homens pode proporciona-lhe as condições para a vivência de uma falta estrutural, que é o único modo coerente de pô-lo frente ao que lhe transcendente; em suma, como se lhe abre a janela por onde pode visar o Absoluto. Vivencialmente assim justificados e cientes da direção em que devíamos seguir – na direção da seqüência dos planos onto-lógicos mundanos, I, I/D, $/D/^2$, ... – pudemos então aventurarmo-nos a um pouco mais longe, buscando uma caracterização onto-lógica do Absoluto para o homem, naturalmente. Este tipo de pretensão recebe, em geral, ao denominação de **teologia natural** ou , depois de Leibniz, teodicéia em seu sentido mais amplo. A teologia natural não é algo inconteste entre os

teólogos, em especial na área protestante, cujo mais célebre exemplo moderno seria o de Karl Barth e sua defesa radical da *sola fide*. Consideramos esta posição de algum valor profilático com respeito a certo tipo de gnosticismo superficial, mas logicamente insustentável, em especial, diante de uma razão que não deve nem quer se identificar de modo restrito com a só razão lógico-fomal ou científica, como é o caso de nossa onto-lógia. Ademais, o distanciamento que põe entre Deus e os homens é tal que o único modo de comunicação passa a ser a Graça, e para sabê-la recebida, o valor do patrimônio financeiro (de Graça) alcançado. A nosso juízo, a teologia natural precisa ter o seu lugar, conquanto devamos sempre estar alerta quanto à soberba, a pretensão de que seus galhos mais altos venham tocar em definitivo o Absoluto; ela precisa manter-se sempre aberta e alerta , inclusive para os temas, metas e caminhos que lhe possa sugerir a teologia revelada. Ver figura 24.

Teologia revelada versus teologia natural

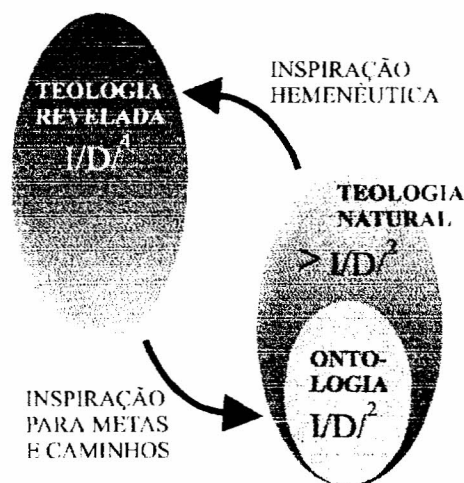



Figura 24

Por outro lado só a teologia natural pode contribuir – como de fato sempre o fez, embora pouco notado –, para uma hermenêutica dos textos revelados. Pode não ser esta a única via para tanto, porém, é ela, por certo, a mais consistente e cumulativa. A teologia revelada , *a priori*, se põe em $I/D/^4$ ou acima, e a teologia natural tem como meta, no máximo $I/D/^4$, e nunca acima.

4.4 - Teologia e outros saberes – visão de conjunto

Depois deste laborioso périplo pelo mundo dos saberes – teologia revelada e natural, filosofias da identidade, transcendentais e dialéticas, filosofias da diferença, psicanálise e ciência, esta que foi inicialmente tomada por referência estratégico-pedagógica – fica-nos fácil estabelecer um mapa geral de todos estes saberes e de seus modos relacionais, como mostra a figura 25.

Mapa dos saberes e suas inter-relações

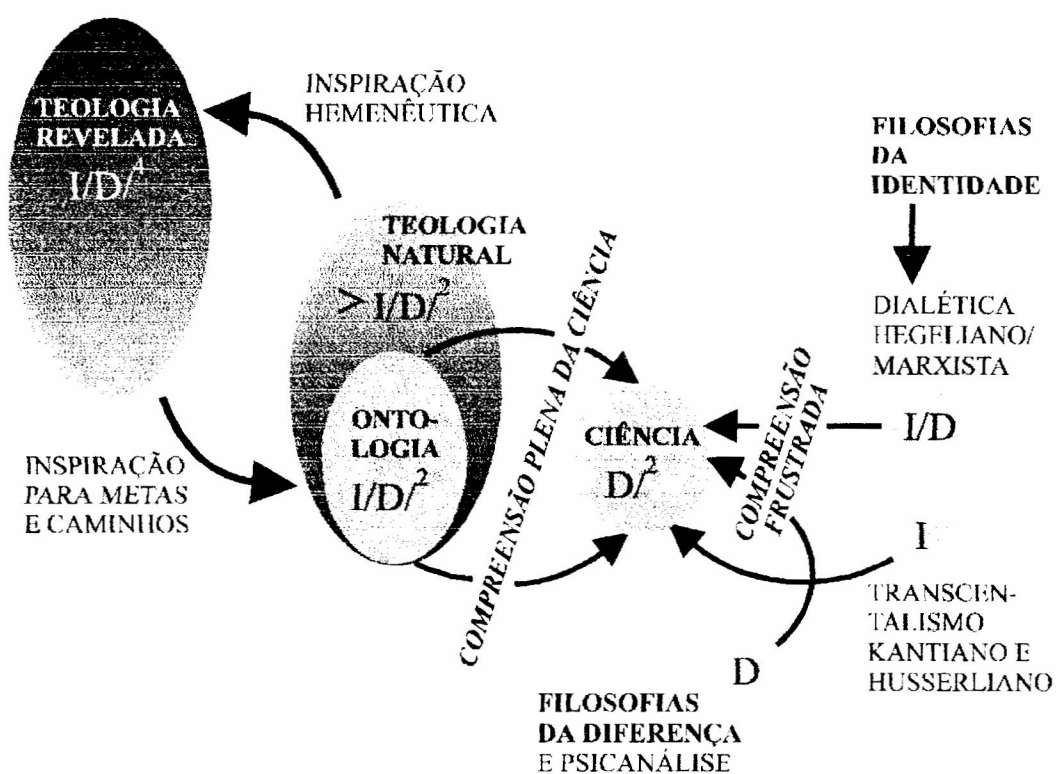



Figura 25

Notas

1. SAMPAIO, L. S. C. de. *Noções de Onto-teo-logia* Rio de Janeiro, IC-N, 1985.(xerografado).

2. Nossos supostos filosóficos, que são fundamentalmente lógicos, na medida em que defendemos uma estreita correspondência entre ser e pensar, aliás, em consonância com uma velha tradição que remonta a Parmênides, passa por Platão e chega até Hegel. Nesta concepção filosófica, a **ontologia** tende a confundir-se com a **lógica**, não obviamente no sentido restrito que esta última vem assumindo hoje nos meios acadêmicos, mas naquele implícito no curso da história da filosofia, e que tentaremos também aqui recuperar.

3. SAMPAIO, L. S. C. de . *Noções de Antropo-logia.* Rio de Janeiro, UAB, 1996.(xerografado).

4. Trata-se da afirmação lacaniana de que seja qual for a universalidade {para todo x existe uma função ou predicado que de algum modo lhe dá conta, ou seja, $\forall x\ \phi(x)$ }, existe um indivíduo que lhe escapa {existe x que faz exceção a qualquer universalidade, ou seja, $\exists x$ não-$\phi(x)$ }, Esta afirmação lógica é homóloga aos **teoremas de Gödel** na matemática que impedem a completude de qualquer sistema formal que abarque, pelo menos, a aritmética elementar.

5. Um **semimonóide** é uma estrutura algébrica, por nós definida, munida de uma operação genérica / gozando das propriedades de **fechamento**, **associatividade** e de **existência de um elemento neutro ou nulo apenas de um dos lados**, não importa se a direita ou a esquerda. Ele é dito **livre** quando seus elementos são gerados, ainda pela operação / , indefinidamente, a partir de um conjunto finito de elementos fundamentais. Ver Sampaio, L. S. C. de, *A matematicidade da matemática surpreendida em sua própria casa, nua, na passagem dos semigrupos aos monóides*, Rio, 1995 (xerografado).

6. Uma observação importantíssima é a de que, por exemplo, em sua máxima generalidade, $\mathbf{D/^2}$ não é uma forma abreviada de D/D, mas de (D)/(**I/D**), e que portanto a **lógica clássica** pressupõe a **lógica dialética** e, de certo modo, nega ao mesmo tempo que herda boa parte de seu enorme poder: a lógica clássica é, por isto mesmo, uma lógica das **totalidades convencionais**, destarte, pai e mãe da matemática. Para maiores detalhes, ver SAMPAIO, L. S. C. de *Lacan e as lógicas*, Rio, 1992 (xerografado) e, ainda do mesmo autor, *Dialética trinitária versus hiper-dialética qüinqüitária*, Rio, 1995 (xerografado).

7. O termo **qüinqüitário**, no presente contexto, refere-se a uma lógica que subsume cinco lógicas, ou seja, à lógica $I/D/^2$, assim como o termo **unário** referenciar-se-ia a uma lógica que subsume apenas a si mesma, a lógica transcendental ou da identidade I, e o termo **trinitário**, a uma lógica que subsume três lógicas , vale dizer, à lógica dialética I/D.

8. Na impossibilidade de explicações mais demoradas, confiamos nos conhecimentos e na intuição do leitor para identificar em alguns campos de saber o exato momento de passagem da estrutura conceitual trinitária à qüinqüitária. Na física, ele situar-se-ia na passagem dos leptons aos barions; na psicanálise, na passagem da fase fálica àquela de assunção da sexualidade propriamente humana ou tetrapolar; em economia, na passagem do feudalismo ao capitalismo; na etnologia, na passagem da cultura cristã trinitária ou patrística à modernidade cietífico-tecnológica; na semiologia, na passagem do símbolo ao discurso.

9.LACAN, J. *O Seminário, livro 20,* Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 35.

10. Trata-se do postulado que na física internaliza a ação de medir, que, em sua idade clássica, era algo de fantasmagórico; isto tornou-se essencial para a mecânica quântica cujos objetos são, em geral, microdimensionais e por isso facilmente perturbáveis. A rigor, o postulado refere-se a uma segunda medida que, **em razão da continuidade do mundo**, se executada imediatamente após a primeira, precisaria repetir-lhe o resultado. Na primeira, teríamos $O_p\psi^*$ fornecendo um número n e jogando o mundo num estado ψ ligeiramente diferente de ψ^*;

11. **Operadores hermitianos** são aqueles cujos valores próprios são sempre números reais. Na lógica, tivemos que abandonar esta restrição que vige na mecânica quântica para podermos incluir num mesmo formalismo também o operador S, S tal que $S^3(\psi) = \psi$, que representa a lógica do ser humano em sua plenitude, ou seja, $I/D/^2$, que dentre seus três valores próprios possui dois deles com parte imaginária. A propósito, esta é a "razão formal" pela qual o ser humano só chega à plenitude em no mínimo três (correlatos aos pronomes pessoais **eu**, **tu**, **ele** ou nós, vós, eles), como já observaram Freud e, com maior precisão, Lacan em seus Seminários.

12. JULLIEN, François. *Figuras da imanência - Para uma leitura filosófica do I Ching,, o clássico da mutação*. S. Paulo, Ed. 34, 1997.

13. PLATÃO. *Théétète, Parménides*. Paris, Garnier- Flammarion, 1967.

14. Os resultados a que chega a *analogia fidei*, a nosso juízo, não diferem em muito daqueles que se obtinham por via da *analogia entis*, o que é corroborado por Battista Mondin (*The principle of analoby in protestant and catholic theology*, Hague, 1968) que observa que entre as duas analogias não há outra diferença que aquela da simples ênfase relativa, de um lado, na transcendência, de outro, da imanência de Deus.

15. HEIDEGGER, M. *L'être et le temps*. Paris, Gallimard, 1964. Especialmente, cap. V - 34.

16. . SAMPAIO, Luiz Sergio C. de. *Princípio antrópico - Um novo fundamento e uma significação renovada*. Rio de Janeiro, UAB, 1997.(xerografado).

17. Aos olhos dos cientistas, parece-nos, os anjos, agindo à solta, seriam verdadeiros incitadores à desordem, violadores da legalidade científica. Esta incompatibilidade entre o mundo secularizado, a consciência moderna, a ciência hegemônica e os anjos não foi notada apenas por nós, mas também pelos teólogos profissionais; veja-se o belo exemplo:

La récession du merveilleux et du miraculeux dans la concience moderne paraît être effectivement un des effects les plus nottoires de la sécularisation. De ce point de vue, le véritable indice de la sécularisation, d'un changement de climat, ce ne serait ni la disparition du sacré, ni la 'mort du Dieu' si souvent évoquée et dramatieeé, mais tout simplement la disparition des anges. Lorsque les anges, fonctionnaires du miracle, commencnt à s'éclipser, alors on entre dans la sécularisation. Greisch, *L"age herméneutique de la raison.* Paris, Cerf, 1985.

18. SAMPAIO, Luiz Sergio C. de. *Noções elementares de lógica - Compacto.* Rio de Janeiro, Inst. Cultura-Nova, 1988 (xerografado). Nota 2, pp. 61-63. 12. Seja no sentido teológico judaico-cristão, seja no da cosmologia moderna (hipótese do *big bang*), o mundo advindo terá que sê-lo necessariamente como espacial, como essencialmente ***res extensa*** , logo, múltiplo. A identidade só pode aí emergir por um artifício *a posteriori*, que seria aquele do **colapso de alguma diferença** disponível ou sobrante. A força lógica deste argumento pode ser constatada na física moderna – nos modelos cosmológicos a 10 dimensões em que 6 colapsam , embora não desapareçam, resultando em nosso mundo aparente de 3+1 dimensões –, como também na embriologia, onde o tubo neural, inclusive o cérebro, resultam da envaginação (colapso) do tecido ectodérmico sensível, inicialmente disposto apenas como uma superfície.

19. RAHNER, Karl. *Curso fundamental sobre la fé.* Barcelona, Herder, 1984.

20. SAMPAIO, Luiz Sergio C. de. *Noções de onto-teo-logia, 2 v.* Rio de Janeiro, IC-N, 1985, (xerografado). Ver especialmente item 1.2 - Questão de método. A expressão **onto-teo-logia** no título do trabalho em questão é uma óbvia alusão à **ontoteologia** heideggeriana, porém, com ela não se confunde; a última identifica-se com a metafísica no seu sentido pejorativo; a primeira, tal como já insinuamos, com o pensar de uma era ainda por vir: era da cultura nova qüinqüitária.

21. SAMPAIO, Luiz Sergio C. de. *Noções de antropo-logia.* Rio de Janeiro, UAB, 1996 (xerografado).

22. *Ibid.*

23. ROUANET, Sérgio Paulo, *Berggasse, 19, Viena*, publicado no Caderno Idéias do Jornal do Brasil; Rio, 14 de dezembro de 1996.

24. É imperioso observar que a mesma triangulação aparece em Lacan, com Platão representando o filósofo por excelência (o mestre) e a ciência sendo muito bem representada pela matemática (o "matêmico"). A diferença é que em Lacan a afinidade da psicanálise com o "matêmico" é que é

invocada para distinguir a primeira da filosofia, e não ao contrário, como vimos aqui considerando. Ver Alain Badiou, *Conditions*, Paris, Seuil, 1992, pp 306 a 326.

24. SAMPAIO, Luiz Sergio C. de. *Noções de onto-teo-logia, 2 v.* Rio de Janeiro, IC-N, 1985, (xerografado).

Luiz Sergio Coelho de Sampaio
Rio de Janeiro, agosto de 1997